CGD Pensões

2015

Relatório e Contas

CGD PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.
Sede Social: Av. João XXI, 63 - 1000-300 Lisboa - Capital Social € 3.000.000 - CRL de Lisboa e contribuinte 502 777 460 – www.cgdpensoes.pt

INDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO 3

1.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO 3
1.2 MERCADOS FINANCEIROS 5
1.3 MERCADO IMOBILIÁRIO NACIONAL 7
1.4 MERCADO DE FUNDOS DE PENSÕES 8
1.5 A ATIVIDADE DA CGD PENSÕES, S.A. 8
1.6 ESTRUTURA OPERACIONAL E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO 9
1.7 MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO 10
1.8 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 10
1.9 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM NOTAS EXPLICATIVAS 13

2. RELATÓRIO DO GOVERNO DA SOCIEDADE 42

2.1 AVALIAÇÃO DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO 42
2.2 ORIENTAÇÕES DE GESTÃO, MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS DA INSTITUIÇÃO 45
2.3 PRINCÍPIOS GERAIS DE ATUAÇÃO 46
2.4 TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS 49
2.5 MODELO SOCIETÁRIO 50
2.6 REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS 52
2.7 SISTEMA DE CONTROLO 52
2.8 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE 53
2.9 ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL 53
2.10 NOMEAÇÃO DO PROVEDOR DO CLIENTE 53
ANEXO I – CURRICULUM VITAE DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS 54
ANEXO II – REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃO SOCIAIS 58

3. RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS 59

4. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO 61

ORGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente	Dr. Pedro Manuel de Oliveira Cardoso
Secretário	Dr. Hernâni da Costa Loureiro
Secretário	Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

Conselho de Administração

Presidente	Dr.ª Filomena Raquel Rocha Rodrigues Pereira Oliveira
Vice-Presidente	Dr. Henrique Pereira Melo
Vogal	Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins
Vogal	Sr. José João Castro Avelar Froes

Órgão de Fiscalização (Fiscal Único)

Efetivo	Deloitte & Associados, SROC, SA, *representada pelo*
	Dr. João Carlos Henriques Gomes Ferreira
Suplente	Dr. Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro

Comissão de Vencimentos

Membro	Dr. Vitor José Lilaia da Silva
Membro	Dr. Fernando Manuel Simões Nunes Lourenço

ESTRUTURA ACIONISTA

A Caixa Geral de Depósitos, S.A. através da sua participada Caixa Gestão de Ativos, SGPS, S.A,, é detentora da totalidade do capital social da CGD Pensões, S.G.F.P., S.A..

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

De acordo com as últimas projeções divulgadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia mundial registou um crescimento de 3,1% do PIB em 2015, o valor mais baixo dos últimos seis anos. Os países desenvolvidos, por outro lado, terão alcançado o melhor resultado em cinco anos, 2,0%, enquanto que no conjunto de países de economia emergente e em desenvolvimento, se assistiu ao quinto ano consecutivo de moderação, com um crescimento económico de 4,0%, menos 0,6 p.p. do que no ano anterior.

As economias desenvolvidas, sobretudo nos EUA e na União Europeia, prosseguiram uma recuperação cíclica, assente sobretudo na procura interna, e em particular no consumo. O rendimento real das famílias beneficiou da melhoria do mercado de trabalho e da queda dos preços dos bens energéticos. E para além disso, continuou a assistir-se a uma melhoria das condições de financiamento, associadas à manutenção ou reforço dos estímulos monetários, no caso dos EUA, e a uma menor restritividade da política orçamental, no caso da zona Euro.

INDICADORES ECONÓMICOS MUNDIAIS

	PIB (Taxas de variação)		Inflação		Desemprego	
	2014-12	2015-12	2014-12	2015-12	2014-12	2015-12
União Europeia [a]	**1,4%**	**1,9%**	**0,6%**	**0,0%**	**11,6%**	**10,9%**
Área do Euro	0,9%	1,6%	0,4%	0,0%	11,8%	11,3%
Alemanha	1,6%	1,7%	0,8%	0,1%	5,0%	4,6%
França	0,2%	1,1%	0,6%	0,1%	10,3%	10,4%
Reino Unido	2,9%	2,3%	1,5%	0,0%	6,1%	5,2%
Espanha	1,4%	3,2%	-0,2%	-0,6%	24,5%	22,1%
Itália	-0,4%	0,8%	0,2%	0,1%	12,7%	11,9%
EUA	**2,4%**	**2,5%**	**1,6%**	**0,1%**	**6,2%**	**5,3%**
Japão	**0,0%**	**0,6%**	**2,7%**	**0,7%**	**3,6%**	**3,5%**
Rússia	**0,6%**	**-3,7%**	**8,1%**	**15,9%**	**5,2%**	**6,0%**
China	**7,3%**	**6,9%**	**3,9%**	**1,1%**	**4,1%**	**4,1%**
Índia	**7,3%**	**7,3%**	**5,9%**	**5,3%**	**n.d.**	**n.d.**
Brasil	**0,1%**	**-3,8%**	**6,3%**	**8,9%**	**4,8%**	**6,6%**

Fontes: FMI: World Economic Outlook - Update - Janeiro de 2016 – para países não membros da EU
(a) Comissão Europeia: European Economic Forecast - fevereiro de 2016 - para a UE e principais Membros
(b) n.d. – não disponível

As economias emergentes e em desenvolvimento, com destaque para a China, deram um contributo para a economia global menos positivo do que nos anos anteriores. A moderação da atividade deveu-se aos problemas e desequilíbrios em muitas destas economias, tendo resultado no enfraquecimento dos fluxos do comércio internacional, com impacto negativo nos setores industriais das economias desenvolvidas.

Em 2015 registou-se uma queda generalizada dos preços das matérias-primas, com destaque para a descida de 36% da cotação do petróleo. Por este motivo, as pressões desinflacionistas sobre a economia mundial continuaram a fazer sentir-se durante todo o ano.

Consistente com o cenário de crescimento e inflação baixos, a atuação dos bancos centrais continuou a ser marcada por políticas monetárias expansionistas. Neste sentido, a Reserva Federal norte-americana postecipou sucessivamente a decisão do aumento da taxa diretora, facto só que veio a acontecer em dezembro, quando o *Fed* decretou um agravamento de 25 p.b., o primeiro aumento desde 2006.

De acordo com dados preliminares divulgados pelo Eurostat, a atividade na zona Euro cresceu 1,6% em 2015, primordialmente devido ao contributo do consumo privado, mais 0,6 p.p. do que em 2014. Registaram-se taxas de crescimento positivas em todos os Estados Membros, exceto na Grécia, que contraiu -0,7%. O desempenho das restantes economias periféricas foi positivo, destacando-se o comportamento da Irlanda e, em menor magnitude, de Espanha.

O desemprego na região registou uma redução pelo segundo ano consecutivo. A taxa de desemprego fixou-se em 10,9%, menos 0,7 pontos percentuais do que o registado em 2014. O número de desempregados averbou uma redução de 1,2 milhões de pessoas.

A evolução dos preços da zona Euro, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), registou uma variação média nula (- 0,4 p.p. que o verificado em 2014), reforçando os receios de um prolongado período de inflação muito baixa.

Portugal

De acordo com a estimativa do INE, a economia portuguesa registou um crescimento positivo de 1,5% em 2015, +0,6% acima do verificado em 2014. Este crescimento positivo deveu-se uma vez mais ao contributo da procura interna, já que o contributo da balança comercial terá sido negativo, com o aumento das importações a ser superior ao das exportações.

INDICADORES DA ECONOMIA PORTUGUESA

Taxas de variação (%)

	2013	2014	2015 (a)
Produto Interno Bruto (PIB)	**-1,1%**	**0,9%**	**1,5%**
Consumo privado	-1,2%	2,2%	2,6%
Consumo público	-2,0%	-0,5%	0,8%
FBCF	-5,1%	5,5%	3,6%
Procura interna [b]	-2,0%	2,2%	2,4%
Exportações	7,0%	3,9%	5,1%
Importações	4,7%	7,2%	7,3%
Taxa de inflação (IHPC)	**0,3%**	**-0,3%**	**0,5%**
Rácios			
Taxa de desemprego	16,2%	13,9%	12,4%
Défice do setor público administ. (% do PIB)	-4,8%	-7,2%	-4,2%
Dívida pública (em % do PIB)	129,0%	130,2%	129,1%

Fonte: INE
(a) OE: Relatório Orçamento de Estado para 2015, outubro de 2014, exceto quando identificados (*)
(b) Contributo para o crescimento do PIB (pontos percentuais)

As exportações portuguesas de bens e serviços registaram de novo um excelente comportamento, assinalando um novo recorde. O seu valor aumentou 5,1%, para 72,3 mil milhões de euros. Assistiu-se, desta forma, ao sexto ano consecutivo de crescimento, durante os quais as exportações registaram um aumento de 52,3%.

Portugal continuou a mostrar em 2015 capacidade de financiamento externo. Ainda referente ao ano terminado no terceiro trimestre, aquela ascendeu a 1,3% do PIB, inferior em 0,4 p.p. aos níveis registados no final de 2014.

Quanto à inflação, o IHPC português registou, em 2015, uma taxa de variação média anual de 0,5%, após -0,3% em 2014.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego desceu para 12,4% em 2015, menos 1,5 p.p. face a 2014. O ano encerrou com um valor de 12,2%, o equivalente a uma população desempregada de 633,9 mil indivíduos, o que representa um decréscimo de 9,2% face ao período homólogo.

1.2 MERCADOS FINANCEIROS

O desempenho dos mercados financeiros em 2015 foi caraterizado por uma crescente volatilidade, num contexto de incerteza quanto ao crescimento económico global, sobretudo devido à moderação sentida nos países de economia de mercado emergente mais relevantes.

Apesar das sucessivas revisões em baixa do crescimento económico em praticamente todos os blocos e da apreensão quanto aos níveis de inflação extremamente baixos, o reforço das políticas monetárias expansionistas e o adiamento por parte da *Fed* do início do ciclo de subidas, permitiu que a propensão ao risco permanecesse elevada até agosto.

Depois dos meses de verão, assistiu-se a uma acentuada perda de otimismo por parte dos investidores. O ponto de partida correspondeu à decisão por parte do Banco Central da China de decretar uma depreciação da sua taxa de referência cambial face ao dólar. Num ano em que os sinais de moderação da economia chinesa foram crescentes, tal foi interpretado pelos investidores como um sinal de preocupação por parte das autoridades chinesas em relação ao crescimento, para além do impacto negativo que tal decisão teria sobre as exportações de diversos países, nomeadamente da região asiática.

Os mercados financeiros foram ainda pontualmente condicionados por fatores de ordem geo-política. Para além da manutenção das tensões entre a Rússia e a Ucrânia e, da escalada da tensão entre a Rússia e a Turquia, final do ano, desca-se ainda o acordo entre o Irão e as seis potências nucleares ocidentais acerca do programa nuclear iraniano, factor que contribuiu para o excesso de oferta de petróleo.

Mercados obrigacionistas

O reforço das políticas ultra-expansionistas por parte da maioria dos principais bancos centrais, voltou a condicionar os mercados de obrigações em 2015. Genericamente, as taxas de rendibilidade da dívida soberana dos principais blocos económicos conservaram-se em níveis muito baixos.

A *yield* da dívida soberana dos EUA a 10 anos subiu apenas 10 p.b. para 2,27%, o que em termos históricos corresponde a uma variação de pequena dimensão. No caso das maturidades mais curtas, observou-se um movimento gradualmente ascendente pelo quarto ano consecutivo, tendo a taxa a 2 anos registado um aumento de +38,3 p.b. face a 2014, encerrando o ano acima de 1,0%, pela primeira vez desde 2009.

Na zona Euro, o comportamento das taxas de juro foi fortemente determinado pelo programa de aquisição de dívida de longo prazo por parte do BCE. A taxa alemã a 10 anos permaneceu entre 0,075% e 0,945% em 2015, encerrando o ano em 0,63%. A yield a 2 anos, por seu lado, transacionou sempre em território negativo, atingindo o mínimo histórico de -0,44%, no início de dezembro.

As taxas da dívida soberana a 10 anos dos países da periferia, acompanharam, de forma geral, a tendência observada na Alemanha. Os prémios de risco mantiveram-se em níveis muito reduzidos, tendo numa maioria de casos atingindo os valores mais baixos desde abril de 2010. O *spread* das

taxas a 10 anos portuguesas face às alemãs, comprimiu 26 p.b. para 1,89%. Do conjunto dos países da periferia, apenas a Espanha registou um agravamento da taxa de juro da dívida soberana, com a *yield* dos Bonos a 10 anos a averbar um agravamento de 16 p.b., para 1,77%.

Apesar das incertezas despoletadas pela realização do referendo na Grécia, que na altura levou a taxa da dívida soberana helénica a 10 anos a ultrapassar os 13% (nível que fora observado pela última vez no final de 2012), no cômputo do ano a mesma diminuiu -146 p.b., tendo encerrado em 8,29%.

Mercados acionistas

Após três anos consecutivos de valorização, o mercado de ações mundial, medido pelo índice da Morgan Stanley, registou em 2015 uma perda de 4,3%.

O início de ano foi particularmente positivo para as bolsas europeias e japonesa devido aos estímulos monetários introduzidos pelos respetivos bancos centrais. As taxas de juro registaram novas quedas, contribuindo para que os investidores procurassem ativos mais rentáveis, ainda que com maior risco inerente.

O fulgor sentido começou a desvanecer-se em junho, em função dos crescentes receios quanto ao impacto que o abrandamento da economia chinesa pudesse ter no resto da economia mundial. O índice Shanghai desvalorizou -43,3% entre meados de junho e agosto, o que afetou substancialmente as ações dos blocos emergente e desenvolvido.

Dois outros eventos acentuaram a pressão vendedora nos mercados acionistas durante os meses de verão. Em primeiro lugar, o adiamento do início da normalização da política monetária nos EUA, que levantou receios acerca da conjuntura económica interna. Em segundo lugar, as notícias relacionadas com níveis de emissões de gases poluentes de alguns modelos automóveis.

ÍNDICES BOLSISTAS

	2014		2015	
	Índice	Variação	Índice	Variação
Dow Jones (Nova Iorque)	17.823,07	7,3%	17.425,03	-2,2%
Nasdaq (Nova Iorque)	4.736,05	13,4%	5.007,41	5,7%
FTSE (Londres)	6.566,09	-2,7%	6.242,32	-4,9%
NIKKEI (Tóquio)	17.450,77	7,1%	19.033,71	9,1%
CAC (Paris)	4.272,75	-0,5%	4.637,06	8,5%
DAX (Frankfurt)	9.805,55	2,7%	10.743,01	9,6%
IBEX (Madrid)	10.279,50	3,7%	9.544,20	-7,2%
PSI-20 (Lisboa)	4.798,99	-26,8%	5.313,17	10,7%

Diversas questões políticas foram igualmente condicionando o desempenho das ações no decurso de 2015. Na primeira metade do ano, destaca-se a incerteza sobre a situação na Grécia, com a renovada possibilidade deste país abandonar a zona Euro. E para lá deste evento, repetiram-se incidentes de natureza geopolítica idênticos aos observados em anos anteriores, desde renovadas tensões no Médio Oriente, aos novos testes balísticos na Coreia do Norte e as atividades extremistas, das quais se destacam os dois ataques terroristas no coração da capital francesa, Paris.

O índice de referência dos EUA, S&P500, obteve pela primeira vez em sete anos uma desvalorização anual de 0,7%, assim como o índice industrial Dow Jones (-2,2%). No caso do índice tecnológico NASDAQ (+5,7%), assistiu-se ao quinto ano sucessivo de valorização, no decurso do qual atingiu,

em julho, um novo máximo histórico de 5.219 pontos, 3,4% acima do máximo anterior verificado em setembro de 2000.

Na Europa, depois de uma valorização de 15,1% em 2014, os ganhos atingidos pelo DAX alemão e pelo CAC francês cifraram-se em 9,6% e 8,5%, respetivament. A praça irlandesa voltou a destacar-se ainda mais pela positiva em 2015, com um ganho, desta feita, de 30%. Apesar de mais modestos, destacam-se também os avanços de 12,7% do Footsie MIB italiano e de 10,7% do PSI20 português, num ano em que, apesar do bom comportamento da economia, o IBEX espanhol caiu 7,2%.

Os índices japoneses Nikkei225 e Topix averbaram valorizações pelo quarto ano sucessivo, de 9,1% e 9,9%, respetivamente. Saliente-se que estes ganhos foram superiores ao registados no ano anterior. Nas economias emergentes, o ano de 2015 foi negativo para as ações. O índice Morgan Stanley para os mercados emergentes averbou perdas pelo terceiro ano consecutivo, ao cair 17%, a queda mais significativa desde 2011.

1.3 MERCADO IMOBILIÁRIO NACIONAL

O interesse pelo mercado imobiliário português, por parte de investidores internacionais - institucionais e privados – registou um aumento em 2015.

O segmento residencial tem vindo nos últimos anos a usufruir de vários fatores, nomeadamente do programa de captação de investimento Golden Visa. Em 2015 atribuíram-se 766 vistos Gold, dimensão que excedeu os 494 conferidos em 2013, ainda assim muito aquém dos 1.526 atribuídos em 2014. Apesar de uma diminuição evidente na emissão de vistos entre 2014 e 2015 registou-se um aumento considerável da procura por parte de estrangeiros não residentes, que, conjugada com a subida do nível de confiança das famílias portuguesas, a compressão da taxa de desemprego, a descida do custo de financiamento e a disponibilidade do setor financeiro na concessão de crédito, contribuíram para um expressivo aumento da procura e, inevitavelmente, dos preços.

O mercado de escritórios confirmou que a retoma veio para ficar com uma crescente subida da taxa de ocupação, ainda que marcadamente mais lenta no Corredor Oeste. As rendas prime resistiram ao progressivo aumento da procura, assistindo-se a uma diminuição substancial dos incentivos, tendo aquele corredor sido uma das zonas que apresentou maiores desvalorizações face ao pico de mercado em 2007/2008. O dinamismo observado nos segmentos residencial e turístico prognosticam que a promoção de novos projetos vai estar canalizada para aqueles segmentos, antecipando uma diminuição da oferta e subida dos valores nos escritórios. Como se antevia, o aumento de solicitações para a Zona Ribeirinha de Lisboa levou à movimentação de um número alargado de entidades para aquela geografia, com a inevitável evolução de comércio e serviços de apoio.

O turismo tem sido um dos principais motores de atividade da economia portuguesa. O crescente interesse pela aquisição de ativos para reabilitação no centro de Lisboa e Porto, com o intuito de promover hotelaria, nas suas várias categorias, resulta do aumento dos proveitos em 12% face ao ano anterior. A evolução positiva do número de turistas e do nível de confiança das famílias provocaram um aumento das vendas a retalho. Ainda que se tenha confirmado o crescimento das compras e o aumento da quota de vendedores online, superando significativamente a quota das lojas tradicionais, os operadores reconheceram que estes resultados surgiram à custa dos espaços físicos. Ao contrário dos restantes segmentos, observaram-se nas ruas premium de Lisboa e Porto aumentos de renda durante o período da crise económico-financeira, e 2015 não foi exceção, resultado de um incremento ininterrupto do turismo, bem assim da consolidação do comércio de rua.

O setor industrial e logístico, muito dependente das importações e exportações, prosseguiu em moderada recuperação, corroborada pela perceção positiva dos operadores. Porém, a procura não contrariou a oferta elevada, mantendo sob pressão os valores de venda e de arrendamento.

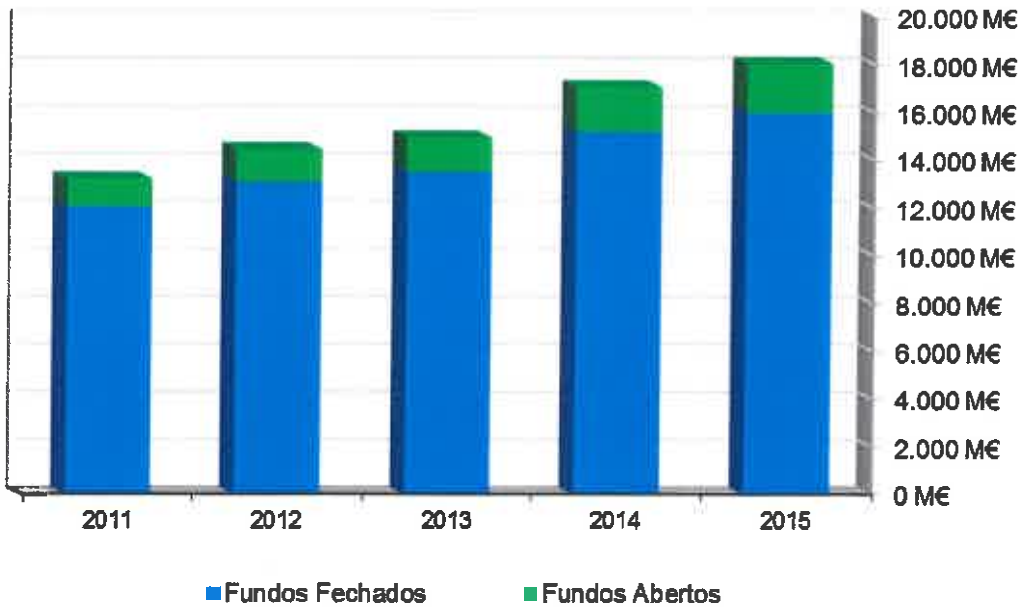
1.4 MERCADO DE FUNDOS DE PENSÕES

Fundos de Pensões

Em 31 de Dezembro de 2015 o valor sob gestão dos fundos de pensões ascendia a 18 071 milhões de euros, o que traduz um crescimento de 3,1% desde o início do ano.

O montante de fundos de pensões abertos registou um aumento de 10,8% para 2.052 milhões de euros e o dos fundos fechados aumentou 5,2% para 16.019 milhões de euros, continuando estes a representar uma parcela significativa do total dos fundos de pensões sob gestão, 89%.

MERCADO DE FUNDOS DE PENSÕES PORTUGUÊS



Fonte: Instituto de Seguros de Portugal - Departamento de Estatística e Controlo de Informação, Nota de 13/1/2015

Em 2015 foram extintos oito fundos de pensões fechados e foi constituído um fundo aberto, diminuindo para 2017 o número de fundos em atividade.

No final do ano, o mercado encontrava-se representado por 11 sociedades gestoras e por 11 empresas de seguros. As cinco maiores sociedades concentravam de 80% do volume total de montantes geridos, ocupando a CGD Pensões o segundo lugar no ranking por montante, com uma quota de 18,9%.

1.5 A ATIVIDADE DA CGD PENSÕES, S.A.

Evolução Comercial

O valor patrimonial dos fundos geridos pela CGD Pensões, em 31 de Dezembro de 2015, ascendia a 3.414 milhões de euros (M€), representando um crescimento de cerca de 7,6%, face ao valor gerido no final do ano anterior.

A Sociedade prosseguiu o projeto conducente à dinamização da celebração de adesões individuais e coletivas aos três fundos de pensões abertos "Caixa Reforma" através da rede comercial da CGD,

verificando-se um crescimento significativo do número de subscrições. O valor dos fundos de pensões abertos aumentou 166%, atingindo os 429,5 milhões de euros, com especial destaque para o fundo Caixa Reforma Prudente, que registou uma variação homóloga de 241%.

As subscrições efetuadas durante o ano atingiram o valor de 147 M€, das quais 8,2 M€ resultaram de transferências. Os reembolsos de unidades de participação dos fundos de pensões abertos, realizados na sua larga maioria por participantes com direito a pensão de reforma, ascenderam a 50,3 M€, dos quais 5,6 M€ corresponderam a transferências para outros fundos de pensões.

Para além das adesões individuais celebradas nos fundos de pensões abertos, comercializados na rede CGD, encontravam-se ainda sob gestão: 25 adesões coletivas ao Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Ativa; 14 adesões ao Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Valor e 20 adesões ao Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Prudente, num total de 59.

Para alcançar os objetivos a que se propôs, a Sociedade continuou a contar com a colaboração imprescindível da rede comercial da CGD e da área comercial da Caixa Gestão de Ativos.

A CGD Pensões terminou o ano de 2015 tendo sob gestão dezassete fundos de pensões fechados e quatro fundos de pensões abertos.

Evolução Financeira

Em 2015, as comissões de gestão da CGD Pensões aumentaram para 6,2 M€, o que representou um aumento de 37,9% relativamente ao ano anterior. Quanto aos Custos de Estrutura, registaram um decréscimo de 0,6%, situando-se em 986 mil euros em 2015. Deste modo, o Resultado Líquido do Exercício aumentou 53,7% face ao ano anterior, cifrando-se em 2,1 milhões de euros.

SOCIEDADE GESTORA

(Milhares de Euros)

	2014	2015	Variação
Ativo líquido	6 416	8 266	28,8%
Capitais próprios	5 132	6 703	30,6%
Distribuição de Dividendos e Reservas	889	500	43,7%
Resultado líquido	1 347	2 070	53,7%
Capital social	3 000	3 000	-

1.6 ESTRUTURA OPERACIONAL E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Durante o ano de 2015, a área de gestão dos sistemas de informação consolidou os processos de negócio através da melhoria das atividades de gestão de informação e de gestão tecnológica.

Foi dada continuidade à atualização dos sistemas centrais de informação utilizados nas áreas de apoio ao negócio, nomeadamente:

- Ao sistema de *front office* para a gestão de ativos mobiliários, que constitui uma ferramenta inovadora no mercado;
- Ao sistema de gestão de ativos imobiliários, no qual foram introduzidas novas funcionalidades de apoio ao tratamento de Apólices de Seguro;
- Ao sistema de gestão de contribuições e participantes dos fundos de pensões;

- Aos sistemas de valorização dos fundos com ativos mobiliários;
- Ao sistema de apoio ao processo de reconciliações financeiras e físicas;
- Na consolidação da plataforma de gestão e distribuição de informação, que fornece serviços de informação na área de valorização, reporte legal e disponibiliza informação para a gestão dos fundos.

1.7 MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO

Para o Conselho de Administração é prioritário que a Sociedade disponha um sistema de controlo interno adequado e eficaz, na execução da sua atividade de administração e gestão de Fundos de pensões.

A Sociedade tem, ao longo dos anos, consolidado os três pilares básicos ao Sistema de Controlo Interno, designadamente, o Compliance, a Gestão de Risco e a Auditoria Interna. Na prossecução desta missão, tem robustecido os mecanismos de controlo e eliminados os constrangimentos emergentes, nos últimos anos, através da implementação de diversos projetos que abarcam transversalmente os órgãos de estrutura.

O sistema de controlo interno é definido como o conjunto de estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos, provenientes do Conselho de Administração, e as ações desenvolvidas por este Conselho e por todos os colaboradores, por forma a assegurar:

- O desempenho eficiente e rentável a médio e longo prazo da atividade, através de uma utilização eficaz dos ativos e recursos;
- O efetivo cumprimento das obrigações legais e regulamentares a que Sociedade se encontra a sujeita;
- A adequada gestão dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas, assegurando a estabilidade e sobrevivência da Sociedade;
- A prudente e adequada avaliação dos ativos e responsabilidades;
- A existência de informação financeira e de gestão completa e fiável.

Para atingir os seus objetivos, a Sociedade assenta numa estrutura organizacional bem definida, com competências e responsabilidades apropriadas ao bom desempenho das atividades desempenhadas. Ao longo do tempo, o Conselho de Administração tem incentivado uma cultura e um ambiente de controlo adequados, assegurados por um amplo conjunto de procedimentos de controlo, mecanismos de avaliação e um efetivo processo de monitorização. Em sede de Comité de Risco de Negócio, o Conselho de Administração acompanha a evolução da monitorização do risco operacional.

O Conselho de Administração elegeu o Código de Conduta da Sociedade como uma peça fundamental para a concretização da sua missão, revendo-se nos princípios de atuação e nas normas de conduta profissional aí vertidos, sempre sob as orientações determinadas dentro de todo o Grupo CGD.

1.8 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da alínea f) do número 2 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido de Imposto da CGD PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. relativo ao ano de 2015, no valor de 2.070.176,51 euros (dois milhões, setenta mil, cento e setenta e seis euros e cinquenta e um cêntimos) seja submetido à

Assembleia Geral para que a mesma delibere sobre a sua aplicação, considerando que a reserva legal já se encontra integralmente constituída.

Considerações Finais

Ao concluir o seu relatório, o Conselho de Administração considera ser seu dever exprimir o reconhecimento às seguintes entidades, pela contribuição que prestaram à atividade da Sociedade:

- Às entidades de supervisão, pelo acompanhamento da evolução dos fundos e das sociedades;
- Aos membros da Assembleia-geral e das entidades revisoras de contas das sociedades e dos fundos, pelo empenhamento colocado na sua atuação fiscalizadora;
- À rede comercial do Grupo CGD e seus responsáveis, a quem de dedica uma palavra de apreço;
- Às estruturas centrais do Grupo CGD, designadamente às estruturas de apoio às participadas, marketing, gestão de produtos, gestão de risco, gestão de pessoal, assessoria jurídica, controlo de gestão, compliance, informática e auditoria interna, de quem se recebeu empenhada colaboração;
- Aos colaboradores de todas as empresas da Caixa Gestão de Ativos, a cuja competência, dedicação e espírito de serviço, se devem parte importante dos resultados alcançados;
- Ao Acionista Único, pelo seu apoio permanente e acompanhamento da atividade da Sociedade.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2016

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Filomena Raquel Rocha Rodrigues Pereira Oliveira
Presidente

Henrique Pereira Melo
Vice-Presidente

Luís Miguel Saraiva Lopes Martins

José João Castro Avelar Froes

1.9 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM NOTAS EXPLICATIVAS

BALANÇOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2015	2014
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	883	428
Ativos intangíveis	6	22.289	-
Outros ativos financeiros	7	832.460	854.574
Total do ativo não corrente		855.632	855.002
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	9	185.497	308.326
Outras contas a receber	10	1.645.569	1.419.580
Diferimentos	11	17.557	16.973
Outros ativos financeiros	7	100.084	3.659.742
Caixa e depósitos bancários	4	5.462.405	156.432
Total do ativo corrente		7.411.111	5.561.053
Total do ativo		8.266.743	6.416.055

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	2015	2014
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	12	3.000.000	3.000.000
Reservas legais	12	600.000	785.276
Outras reservas	12	1.032.459	-
Resultado líquido do exercício	12	2.070.177	1.347.183
Total do capital próprio		6.702.636	5.132.459
PASSIVO:			
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	13	544.638	368.996
Estado e outros entes públicos	8	666.167	479.902
Outras contas a pagar	14	353.302	434.698
Total do passivo corrente		1.564.107	1.283.596
Total do passivo		1.564.107	1.283.596
Total do capital próprio e do passivo		8.266.743	6.416.055

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2015	2014
Serviços prestados	15	6.298.598	4.535.871
Fornecimentos e serviços externos	16	(2.971.066)	(2.044.415)
Gastos com o pessoal	17	(400.207)	(438.330)
Aumentos / (reduções) de justo valor	7	29.733	(107.850)
Outros rendimentos e ganhos	18	12.208	5.343
Outros gastos e perdas	19	(340.216)	(153.947)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.629.051	1.796.672
Gastos de depreciação e de amortização	5 e 6	(278)	(3.022)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.628.773	1.793.650
Juros e rendimentos similares obtidos	20	97.187	13.537
Juros e gastos similares suportados	21	(1)	(4)
Resultado antes de impostos		2.725.960	1.807.183
Imposto sobre o rendimento do exercício	8	(655.783)	(460.000)
Resultado líquido do exercício		2.070.177	1.347.183
Resultado por ação	24	3,45	2,25

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

	Capital	Reservas legais	Outras reservas	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	3.000.000	785.277	-	889.435	4.674.712
Aplicação dos resultados do exercício anterior:					
Distribuição de dividendos	-	-	-	(889.435)	(889.435)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	1.347.183	1.347.183
Outros	-	(1)	-	-	(1)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	3.000.000	785.276	-	1.347.183	5.132.459
Aplicação dos resultados do exercício anterior:					
Distribuição de dividendos	-	-	-	(500.000)	(500.000)
Transferência para outras reservas	-	-	847.183	(847.183)	-
Transferência para outras reservas	-	(185.276)	185.276	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	2.070.177	2.070.177
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	3.000.000	600.000	1.032.459	2.070.177	6.702.636

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

	2015		2014	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Recebimentos de clientes	6.184.951		3.875.876	
Pagamentos a fornecedores	(570.592)		(623.527)	
Pagamentos de comissões de assessoria financeira	(609.974)		(584.581)	
Pagamentos de comissões de comercialização	(1.598.724)		(831.637)	
Pagamentos ao pessoal	(258.025)		(275.021)	
Caixa gerada pelas operações	3.147.636		1.561.110	
Pagamento do imposto sobre o rendimento	(550.791)		(259.325)	
Outros (pagamentos) / recebimentos	(251.072)		(215.937)	
Fluxos das atividades operacionais [1]		2.345.773		1.085.848
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis	(733)		-	
Investimentos financeiros	(8.401.000)	(8.401.733)	(1.300.000)	(1.300.000)
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	7.409.622		900.065	
Juros e rendimentos similares	152.481	7.562.103	13.575	913.640
Fluxos das atividades de investimento [2]		(839.630)		(386.360)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	(169)		(251)	
Juros e gastos similares	(1)		(4)	
Distribuição de dividendos	(500.000)	(500.170)	(889.435)	(889.690)
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(500.170)		(889.690)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		**1.005.973**		**(190.202)**
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		156.432		346.634
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		1.162.405		156.432

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (adiante igualmente designada por "CGD Pensões" ou "Sociedade") foi constituída em 14 de maio de 1992. A Sociedade tem como principal atividade a administração, gestão e representação de fundos de pensões (Fundos), sendo responsável em 31 de dezembro de 2015 pela gestão dos Fundos fechados das seguintes entidades (Associados):

Denominação	Data de constituição	Data de Início da gestão
Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos, S.A (Fundo CGD)	31-12-1991	30-09-1992
Fundo de Pensões da Euronext Lisbon (Fundo Euronext Lisbon)	15-01-2000	15-01-2000
Fundo de Pensões da Interbolsa (Fundo Interbolsa)	27-12-2001	27-12-2001
Fundo de Pensões da Companhia Portuguesa de Resseguros (Fundo CPR)	31-12-1998	01-12-2002
Fundo de Pensões da Galp Energia (Fundo Galp Energia)	02-01-2003	02-01-2003
Fundo de Pensões Impresa Publishing e Associadas (Fundo Impresa Publishing e Associadas)	31-12-1987	01-01-2004
Fundo de Pensões do Instituto Nacional de Estatística (Fundo INE)	21-12-1999	01-04-2004
Fundo de Pensões CMVM (Fundo CMVM)	29-09-2000	01-01-2005
Fundo de Pensões Império – Bonança (Fundo Império - Bonança)	28-12-2005	30-12-2005
Fundo de Pensões da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Fundo SCML)	22-02-2008	22-02-2008
Fundo de Pensões Fidelidade (Fundo Fidelidade)	30-04-1999	01-01-2008
Fundo de Pensões do Pessoal da Mundial - Confiança (Fundo Mundial - Confiança)	31-12-1997	01-01-2008
Fundo de Pensões Petrogal (Fundo Petrogal)	29-12-1988	23-04-2009
Fundo de Pensões S.T.E.T. (Fundo STET)	05-09-2003	01-01-2010
Fundo de Pensões Ramos Pinto (Fundo Ramos Pinto)	30-12-1987	01-01-2013
Fundo de Pensões PIR Fidelidade - Companhia de Seguros e Associadas (Fundo PIR Fidelidade)	31-12-2013	31-12-2013

O Fundo SCML é gerido, em co-gestão, pela CGD Pensões – S.G.F.P, S.A., pela Futuro – S.G.F.P, S.A. e pela SGF – S.G.F.P, S.A., sendo a CGD Pensões a Sociedade Gestora líder.

Adicionalmente, na mesma data a Sociedade é responsável pela gestão dos seguintes Fundos abertos:

Denominação	Data de constituição
Fundo de Pensões Aberto "Caixa Reforma Activa" (Fundo Caixa Reforma Activa)	13-12-2001
Fundo de Pensões Aberto "Caixa Reforma Valor" (Fundo Caixa Reforma Valor)	02-12-2005
Fundo de Pensões Aberto "Caixa Reforma Garantida 2022" (Fundo Caixa Reforma Garantida 2022)	19-03-2007
Fundo de Pensões Aberto "Caixa Reforma Prudente" (Fundo Caixa Reforma Prudente)	15-07-2008

Conforme indicado na Nota 12, a Sociedade é detida integralmente pela Caixa – Gestão de Activos, SGPS, S.A. (Grupo CGD). Os principais saldos e transações com empresas do Grupo CGD encontram-se detalhados na Nota 25.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de fevereiro de 2016. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que as demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e os seus fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e respetivas Normas Interpretativas que constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e respetivas normas interpretativas em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Ativos e passivos correntes e não correntes

Um ativo é classificado como "corrente" quando satisfaz um dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido, no decurso normal do ciclo operacional da Sociedade;
- Seja detido essencialmente com a finalidade de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado num período até doze meses após a data do balanço; ou
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que lhe seja limitada a troca ou uso para liquidar um passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros ativos são classificados como não correntes.

Um passivo é classificado como "corrente" quando satisfaz um dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Sociedade;
- Exista essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deva ser liquidado num período até doze meses após a data do balanço; ou
- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros passivos são classificados como não correntes.

3.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos na localização e condição necessárias para os mesmos serem capazes de funcionar da forma pretendida), deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de amortização praticadas traduzem-se nas seguintes vidas úteis estimadas dos ativos:

	Anos
Equipamento administrativo	3 a 10

As vidas úteis e o método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados de forma prospetiva.

As despesas de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos do exercício na rubrica "Fornecimentos e serviços externos".

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido ou a receber na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no exercício em que ocorre a alienação ou o abate.

3.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da Sociedade respeitam a *software* e encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. A Sociedade estima a vida útil do *software* em três anos.

3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Sociedade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

3.6 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros:

(i) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros dizem integralmente respeito a unidades de participação em fundos de investimento e são mensurados ao justo valor, sendo as variações registadas na rubrica "Aumentos / (reduções) de justo valor", da demonstração dos resultados.

As unidades de participação são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço do mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adotado tem em conta o preço considerado mais representativo, em função, designadamente, da quantidade, frequência e regularidade das transações.

As mais e menos-valias realizadas resultantes do resgate de unidades de participação são determinadas face ao valor de balanço no início do ano ou face ao custo de aquisição, no caso de terem sido subscritas durante o exercício, por aplicação do critério de custeio FIFO. Neste sentido, os "Aumentos/(reduções) de justo valor" correspondem à diferença entre o valor da unidade de participação à data de relato e o valor de balanço no final do ano anterior corrigido pelas subscrições ocorridas no ano, por aplicação do critério de custeio FIFO.

(ii) Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados no ativo pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminuir esta é revertida por resultados. A reversão é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na mesma rubrica.

(iii) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento a menos de 3 meses e para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A caixa e equivalentes de caixa encontram-se registados no ativo pelo seu valor nominal.

(iv) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados no passivo pelo seu valor nominal.

(v) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Sociedade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Sociedade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento do serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições estejam satisfeitas:

- O montante do rédito possa ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à prestação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação possam ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento do serviço à data de relato possa ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método da taxa de juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando se estabelece o direito da Sociedade a receber esse montante.

Remuneração de gestão

Como remuneração pela sua atividade, a Sociedade cobra aos Fundos geridos comissões de gestão financeira e comissões de gestão técnica e administrativa, calculadas sobre o valor dos Fundos e sobre as contribuições dos Associados para os mesmos, respetivamente, com o seguinte detalhe:

- Fundos Fechados:

	Comissão de gestão financeira			Comissão sobre as contribuições
Fundo	Percentagem anual	Periodicidade	Base de incidência	
Fundo CGD	0,100%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	-
Fundo Euronext Lisbon	0,200%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,30%
Fundo Interbolsa	0,200%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,30%
Fundo CPR	0,150%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	5,00%
Fundo Galp Energia	0,300%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,30%/0,40%
Fundo Impresa Publishing e Associadas	0,450%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,30%
Fundo INE	0,500%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,50%
Fundo CMVM	0,125%	Trimestral	Valor de mercado dos ativos do Fundo	Taxa ASF
Fundo Império – Bonança	0,150%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	Dobro da taxa ASF
Fundo SCML	0,150%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,15%
Fundo Fidelidade	0,150%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	Dobro da taxa ASF
Fundo Mundial - Confiança	0,150%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	Dobro da taxa ASF
Fundo Petrogal	-	Trimestral	100.000 Euros por ano	-
Fundo STET	0,500%	Anual	Valor de mercado da carteira do Fundo	Taxa ASF
Fundo Ramos Pinto	0,75%	Anual	Média do valor do Fundo no final de cada um dos meses do ano	5,0% Até 4.987,98 Euros 3,0% Nos seguintes 19.951,92 Euros 2,0% Nos seguintes 24.939,89 Euros 1,0% Nos seguintes 199.519,16 Euros 0,5% Excesso sobre 249.398,95 Euros
Fundo PIR Fidelidade	0,300%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	Dobro da taxa ASF

- Fundos Abertos:

Fundo	Comissão de gestão financeira				Comissão de subscrição	Comissão de resgate
	Percentagem	Periodicidade	Base de incidência	Observações		
Fundo Caixa Reforma Activa	Máximo 3% ao ano	Trimestral	Valor líquido do Fundo	Taxa cobrada nos exercícios de 2015 e 2014 ascendeu a 1,25%	Máximo 5% ao ano	Máximo 5% ao ano
Fundo Caixa Reforma Valor	Máximo 3% ao ano	Trimestral	Valor líquido do Fundo	Taxa cobrada nos exercícios de 2015 e 2014 ascendeu a 1,25%	Máximo 5% ao ano	Máximo 5% ao ano
Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	Máximo 3% ao ano	Anual	Valor líquido do Fundo	Taxa cobrada nos exercícios de 2015 e 2014 ascendeu a 0,68%	Máximo 10% ao ano	Máximo 10% ao ano
Fundo Caixa Reforma Prudente	Máximo 1% ao ano	Trimestral	Valor líquido do Fundo	Taxa cobrada nos exercícios de 2015 e 2014 ascendeu a 0,5%	Máximo 1% ao ano	Máximo 2% ao ano

Pela função de comercialização das unidades de participação dos Fundos de pensões abertos "Fundo Caixa Reforma Activa", "Fundo Caixa Reforma Valor" e Fundo Caixa Reforma Prudente", a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) cobra uma comissão de comercialização equivalente a 55% da comissão de gestão cobrada pela CGD Pensões a estes Fundos, deduzida das comissões cobradas às adesões coletivas. Esta comissão é registada na rubrica "Fornecimentos e serviços externos" (Nota 16).

A Sociedade cobra ao Fundo SCML uma comissão de performance correspondente a 20% da diferença entre a rentabilidade da carteira gerida e a rentabilidade do *benchmark* em 31 de dezembro de cada ano, com um máximo correspondente ao dobro da comissão anual fixa. Esta comissão é registada na rubrica "Rédito – Serviços prestados" (Nota 15).

A Sociedade cobra ainda ao Fundo Galp Energia uma comissão anual de 80 euros por cada participante.

A Sociedade deduz à comissão de gestão financeira cobrada aos Fundos Euronext e Interbolsa o montante anual de 2.500 euros e 1.000 euros, respetivamente.

3.8 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.9 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionem com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera que venham a estar em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas no final de cada exercício económico.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os ativos por impostos diferidos são registados para as diferenças temporárias dedutíveis relativamente às quais existem expetativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expetativas quanto à sua utilização futura.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Sociedade tenha um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) a Sociedade tenha a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

Nos termos do Decreto-Lei nº 171/87, de 20 de abril, sobre as contribuições dos Associados para os respetivos Fundos incide uma taxa da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), a qual constitui encargo de cada Fundo. Não obstante, no que se refere aos Fundos Caixa Reforma Activa, Caixa Reforma Valor, Império - Bonança, CMVM, Galp Energia, Caixa Reforma Garantida 2022, Fidelidade, Mundial – Confiança, Caixa Reforma Prudente e PIR Fidelidade, esta taxa é suportada pela Sociedade, sendo registada na rubrica de "Outros gastos e perdas - Impostos" (Nota 19).

3.10 Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Sociedade tenha uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante dessa obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

As provisões são revistas em cada data de relato financeiro sendo ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11 Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo os mesmos reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

3.12 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.13 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adoção de pressupostos por parte do Conselho de Administração da Sociedade, que podem afetar o valor dos ativos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação destas demonstrações financeiras foram os seguintes:

(i) Especialização de comissões a receber e a pagar

Os montantes relativos às especializações das comissões a receber e a pagar correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2015 sobre o montante a receber e a pagar em 2016.

(ii) Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva, originando a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

4. CAIXA E EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses). A caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2015 e 2014 têm o seguinte detalhe:

	2015	2014
Depósitos a prazo	4.300.000	-
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1.162.305	156.332
Numerário	100	100
	5.462.405	156.432

Em 31 de dezembro de 2015, os depósitos a prazo encontram-se domiciliados na CGD, vencem juros à taxa média anual de 0,35% e têm vencimento em fevereiro e março de 2016.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os depósitos bancários imediatamente mobilizáveis dizem respeito a depósitos à ordem junto da CGD. Em 31 de dezembro de 2015, estes depósitos não são remunerados. Em 31 de dezembro de 2014, estes depósitos eram remunerados à taxa Euribor a 1 mês deduzida de 0,2%.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

2015	Saldos no início					Saldos no final		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aquisições	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Equipamento administrativo	34.570	(34.142)	428	733	(278)	35.303	(34.420)	883

2014	Saldos no início				Saldos no final		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Equipamento administrativo	34.570	(31.120)	3.450	(3.022)	34.570	(34.142)	428

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

	2015						
	Saldos no início				Saldos no final		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aumentos	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Ativos intangíveis:							
Equipamento informático (software)	252.057	(252.057)	-	-	252.057	(252.057)	-
Ativos intangíveis - em curso:							
Equipamento informático (software)	-	-	-	22.289	22.289	-	22.289
	252.057	(252.057)	-	22.289	274.346	(252.057)	22.289

	2014					
	Saldos no início				Saldos no final	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Equipamento informático (software)	252.057	(252.057)	-	252.057	(252.057)	-

7. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica decompunha-se como segue:

	2015		
Títulos	Valor inicial	Valor de mercado	Variações do justo valor no exercício
Ativos não correntes			
Unidades de participação em fundos de investimento imobiliário:			
. Logística e Distribuição	433.324	428.197	(5.127)
. Maxirent	238.223	244.288	6.065
. Tishman Esof Sfeeder	121.831	150.421	28.590
. Lusimovest	9.563	9.554	(9)
	802.941	832.460	29.519
Ativos correntes			
Unidades de participação em fundos de investimento mobiliário:			
. Caixa Fundo Monetário	99.870	100.084	214
	902.811	932.544	29.733

Títulos	2014 Valor inicial	Valor de mercado	Variações do justo valor no exercício
Ativos não correntes			
Unidades de participação em fundos de investimento imobiliário:			
. Logística e Distribuição	605.737	484.957	(120.780)
. Maxirent	248.608	238.223	(10.385)
. Tishman Esof Sfeeder	118.108	121.831	3.723
. Lusimovest	9.830	9.563	(267)
	982.283	854.574	(127.709)
Ativos correntes			
Unidades de participação em fundos de investimento mobiliário:			
. Caixa Fundo Monetário	3.639.883	3.659.742	19.859
	4.622.166	4.514.316	(107.850)

O valor inicial das unidades de participação corresponde ao seu custo de aquisição, no caso de terem sido compradas ou alienadas ao longo do ano, ou ao seu valor de balanço em 31 de dezembro do ano anterior, no que se refere às unidades de participação adquiridas em exercícios anteriores.

No exercício de 2015, a Sociedade resgatou 640.000 unidades de participação da Caixa Fundo Monetário pelo montante de 3.561.728 euros. No mesmo exercício resgatou 11.712 unidades de participação do Logística e Distribuição pelo montante de 51.634 euros.

No exercício de 2015, a Sociedade adquiriu 3.140.000 obrigações "OT 4.95% 10/2023" pelo montante de 4.041.808 euros. No mesmo exercício alienou estas obrigações pelo montante de 3.796.260 euros, tendo registado menos-valias no montante de 245.548 euros (Nota 19). No mesmo exercício foram ainda reconhecidos juros destas obrigações no montante de 86.445 euros (Nota 20).

No exercício de 2014, a Sociedade subscreveu 234.262 unidades de participação da Caixa Fundo Monetário pelo montante de 1.300.000 euros. No mesmo exercício resgatou 162.206 unidades de participação daquele fundo pelo montante de 900.065 euros.

Nos exercícios de 2015 e 2014, a Sociedade realizou mais-valias na alienação de investimentos financeiros nos montantes de 1.856 euros e 4.266 euros, respetivamente (Nota 18). Em 2015 e 2014, foram ainda recebidos rendimentos de unidades de participação nos montantes de 6.823 euros e 12.695 euros, respetivamente (Nota 20).

8. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e respetiva Derrama, cuja taxa agregada nos exercícios de 2015 e 2014 corresponde a 22,5% e 24,5%, respetivamente.

A Sociedade está ainda sujeita a Derrama Estadual, a uma taxa de 3%, aplicável ao lucro tributável compreendido entre os 1.500.000 euros e os 7.500.000 euros, de 5%, aplicável ao lucro tributável compreendido entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros e de 7%, aplicável ao lucro tributável que exceda os 35.000.000 euros.

Adicionalmente, nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Sociedade encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no referido artigo.

A Sociedade está abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de Sociedades, enquanto entidade dominada, previsto no Artigo 69º do Código do IRC. Nesta conformidade, o resultado fiscal da Sociedade concorre para a matéria coletável da entidade dominante Caixa Geral de Depósitos, S.A.. A opção por este regime conduz a que o custo/proveito com imposto sobre o rendimento seja reconhecido na esfera individual da Sociedade, sendo os correspondentes pagamentos ou recuperações efetuados pela entidade dominante. Deste modo, os montantes a recuperar e a pagar relativos a impostos correntes sobre lucros serão objeto de liquidação financeira pela Caixa Geral de Depósitos, S.A..

De acordo com o artigo 63º do Código do IRC, relativo às regras sobre preços de transferência, nas operações comerciais, incluindo, designadamente, operações ou séries de operações sobre bens, direitos ou serviços, bem como nas operações financeiras efetuadas entre um sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a IRC, com a qual esteja em situação de relações especiais (Nota 25), devem ser contratados, aceites e praticados termos ou condições substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Para este efeito, o sujeito passivo deve adotar o método ou métodos suscetíveis de assegurar o mais elevado grau de comparabilidade entre as operações que efetua e outras substancialmente idênticas, em situações normais de mercado ou de ausência de relações especiais, nos termos previstos no referido preceito legal, devendo ainda manter organizada a documentação respeitante à política adotada em matéria de preços de transferência.

O não cumprimento das regras de preços de transferência em questão nas operações efetuadas entre o sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, poderá dar origem a correções para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de IRC.

O imposto sobre o rendimento contabilizado nas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 encontrava-se corrigido pelo efeito do registo de impostos diferidos, de acordo com o disposto na NCRF 25 – Imposto sobre o rendimento:

Impostos diferidos passivos revertidos no ano:	
. Ajustamentos de transição para SNC	(4.073)
Imposto corrente	464.073
	460.000

Os ajustamentos para menos-valias potenciais registados pela Sociedade até 31 de dezembro de 2009 não eram dedutíveis para efeitos fiscais. Com a adoção das NCRF, os investimentos financeiros passaram a ser registados pelo justo valor por contrapartida de resultados, sendo as variações de justo valor relevantes para o apuramento do lucro tributável. Conforme definido no nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei 159/2009, de 13 de Julho, o impacto da transição para as NCRF calculado com referência a 1 de janeiro de 2010 foi relevado para efeitos fiscais durante um período de 5 anos, com início em 2010.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2015 e 2014 pode ser demonstrada como se segue:

	2015		2014	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		2.725.960		1.807.183
Imposto apurado com base na taxa nominal	22,50%	613.341	24,50%	442.760
Derrama estadual	1,34%	36.520	0,53%	9.639
Benefícios fiscais por criação líquida de postos de trabalho	-0,05%	(1.387)	-0,02%	(289)
Tributação autónoma	0,29%	7.865	0,45%	8.219
Outros	-0,02%	(556)	-0,02%	(329)
Imposto sobre o rendimento	24,06%	655.783	25,45%	460.000

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Estado e outros entes públicos" do passivo apresentava a seguinte composição:

	2015	2014
IRC a pagar	647.887	464.073
Contribuições para a Segurança Social	8.433	8.128
Retenção de impostos sobre outros rendimentos	8.223	6.983
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.595	690
Outros	29	28
	666.167	479.902

A Sociedade está abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de Sociedades, sendo os pagamentos por conta realizados pela entidade dominante (Caixa Geral de Depósitos, S.A.).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade relativas aos exercícios de 2012 a 2015 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais.

O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais relativamente aos exercícios acima indicados não terão um efeito significativo para as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

9. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Clientes, conta corrente:		
. Galp Energia	142.880	226.720
. Petrogal	25.000	52.271
. Outros	17.617	29.335
	185.497	308.326

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica inclui 142.880 euros e 226.720 euros, respetivamente, relativos às comissões de gestão de conta do participante daqueles exercícios que, nos termos do contrato de gestão do Fundo Galp Energia, são debitadas diretamente ao Associado.

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica "Outras contas a receber" apresentava a seguinte composição:

	2015	2014
Acréscimos de proveitos:		
Comissões de gestão a receber:		
. Fundo CGD	514.229	493.881
. Fundo Caixa Reforma Prudente	470.819	342.694
. Fundo Caixa Reforma Activa	306.123	198.690
. Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	80.069	72.539
. Fundo Caixa Reforma Valor	60.150	34.822
. Fundo Galp Energia	36.085	33.476
. Fundo Império – Bonança	34.715	30.654
. Fundo SCML	27.427	90.907
. Fundo Petrogal	25.000	25.000
. Fundo Fidelidade	21.771	25.847
. Fundo Mundial – Confiança	14.936	8.972
. Fundo PIR Fidelidade	14.085	15.152
. Fundo INE	7.699	6.572
. Fundo Euronext Lisbon	5.958	11.730
. Fundo Impresa Publishing e Associadas	5.369	5.577
. Fundo CMVM	3.680	3.733
. Fundo Interbolsa	3.161	3.067
. Fundo STET	1.519	1.475
. Fundo Ramos Pinto	514	1.013
. Fundo CPR	121	119
. Fundo Gestnave	-	2.106
	1.633.430	1.408.026

	2015	2014
Juros de depósitos bancários a receber	3.903	10
Outros acréscimos de proveitos	16	-
	1.637.349	1.408.036
Outros devedores:		
. Adiantamentos a colaboradores	8.220	11.539
. Outros	-	5
	1.645.569	1.419.580

11. DIFERIMENTOS - ATIVO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica respeita a prémios de seguros.

12. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital da Sociedade encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 600.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada, integralmente detidas pela Caixa – Gestão de Activos, SGPS, S.A..

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as rubricas de reservas legais, outras reservas e resultado líquido do exercício apresentam a seguinte composição:

	2015	2014
Reservas legais	600.000	785.276
Outras reservas	1.032.459	-
Resultado líquido do exercício	2.070.177	1.347.183
	3.702.636	2.132.459

Reservas legais

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos da Sociedade, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Na sequência de deliberação da Assembleia Geral realizada em 30 de março de 2015, a Sociedade distribuiu dividendos por aplicação do resultado do exercício de 2014, no montante de 500.000 euros.

Na sequência de deliberação da Assembleia Geral realizada em 11 de abril de 2014, a Sociedade distribuiu dividendos por aplicação do resultado do exercício de 2013, no montante de 889.435 euros.

13. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2015	2014
Fornecedores, conta corrente:		
. CGD	475.970	328.916
. Towers Watson	33.800	15.000
. Outros	34.878	24.921
	544.648	368.837
Fornecedores de imobilizado:		
. Caixa Leasing e Factoring (CLF)	(10)	159
	544.638	368.996

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "CGD" inclui as comissões a pagar à CGD pela função de comercialização das unidades de participação dos Fundos de pensões abertos "Fundo Caixa Reforma Activa", "Fundo Caixa Reforma Valor" e Fundo Caixa Reforma Prudente" relativas ao último trimestre de 2015 e 2014, respetivamente, já faturadas e ainda não pagas, nos montantes de 449.671 euros e 313.874 euros, respetivamente.

14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Acréscimos de custos:		
. Comissões de assessoria financeira	158.093	146.826
. Encargos com o pessoal	52.954	68.947
. Encargos com auditoria	52.890	52.890
. Estudos atuariais	47.301	71.859
. Taxa a pagar à ASF	19.757	70.693
. Outros acréscimos de custos	22.307	23.483
	353.302	434.698

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica "Comissões de assessoria financeira" refere-se às comissões do último trimestre de 2015 a liquidar à Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. (Caixagest) nos termos do contrato celebrado pela gestão da totalidade dos ativos que integram as carteiras sob gestão da Sociedade, assim como pela prestação de serviços de *back office*, controlo de risco e avaliação de performance (comissões do último trimestre de 2014 em 31 de dezembro de 2014).

15. RÉDITO – SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito reconhecido pela Sociedade por serviços prestados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Comissões de gestão e administração dos Fundos de Pensões:		
. Fundo CGD	1.984.689	1.669.508
. Fundo Caixa Reforma Prudente	1.855.981	980.093
. Fundo Caixa Reforma Activa	1.173.478	676.574
. Fundo Galp Energia	297.541	292.795
. Fundo Caixa Reforma Valor	224.450	133.331
. Fundo Império – Bonança	106.468	104.858
. Fundo SCML	106.217	114.084
. Fundo Petrogal	100.000	100.000
. Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	83.287	81.547
. Fundo Fidelidade	80.991	84.990
. Fundo PIR Fidelidade	64.563	59.811
. Fundo Mundial – Confiança	36.743	35.017
. Fundo INE	32.136	27.041
. Fundo Impresa Publishing e Associadas	21.196	22.155
. Fundo Euronext Lisbon	18.246	21.658
. Fundo CMVM	14.578	13.502
. Fundo Interbolsa	8.021	6.928
. Fundo Gestnave	2.928	8.088
. Fundo S.T.E.T.	1.590	1.464
. Fundo Ramos Pinto	514	1.013
. Fundo CPR	510	455
. Fundo ICP - Anacom	-	10.079
	6.214.127	4.444.991
Comissões de depósito - Fundo CPR	95	21
Comissão de performance - Fundo SCML	-	60.570
Comissões de subscrição:		
. Fundo Caixa Reforma Prudente	2.160	2.327
. Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	336	-
. Fundo Caixa Reforma Activa	186	203
. Fundo Caixa Reforma Valor	101	67
	2.783	2.597
Comissões de resgate:		
. Fundo Caixa Reforma Prudente	36.411	16.289
. Fundo Caixa Reforma Activa	34.338	1.786
. Fundo Caixa Reforma Valor	6.174	113
. Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	891	906
	77.814	19.094
Comissões de transferência:		
. Fundo Caixa Reforma Valor	125	-
. Fundo Caixa Reforma Prudente	115	629
. Fundo Caixa Reforma Activa	16	15
. Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	-	1.170
	256	1.814
Outros	3.523	6.784
	6.298.598	4.535.871

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica "Comissões de gestão e administração dos Fundos de Pensões – Fundo SCML" inclui 48.054 euros e 50.852 euros, respetivamente, relativos à comissão de líder de gestão paga à Sociedade. Esta comissão corresponde à remuneração da Sociedade Gestora pela sua atividade de líder na gestão do património do Fundo. Nos termos do Contrato de Gestão do Fundo, esta comissão é calculada trimestralmente sobre o valor de mercado da carteira do Fundo gerida pela Sociedade Gestora no final de cada trimestre. Para este efeito, o valor de mercado da carteira é equiparado ao valor do Fundo no final de cada trimestre.

A comissão aplicável varia da seguinte forma:

Valor do Fundo	Comissão anual
Até 50.000.000 Euros	0,075%
Superior a 50.000.000 Euros	0,050%

A rubrica "Comissão de performance – Fundo SCML" corresponde à comissão de performance cobrada ao Fundo SCML. Esta comissão corresponde a 20% da diferença entre a rentabilidade da carteira gerida pela Sociedade e a rentabilidade do *benchmark* em 31 de dezembro de cada ano, com um máximo correspondente ao dobro da comissão anual fixa. Em 31 de dezembro de 2015, não foi cobrada qualquer comissão de performance ao Fundo SCML.

16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Rendas e alugueres:		
. CGD (Nota 25.4)	33.602	33.355
. Outras entidades	20.353	24.447
Comissões de comercialização (Notas 13 e 25.4)	1.734.522	932.565
Comissões de assessoria financeira (Notas 14 e 25.4)	621.242	526.573
Trabalhos especializados:		
. Estudos atuariais	190.716	193.228
. Remunerações pagas à Caixagest (Nota 25.4)	47.516	46.362
. Informática	28.411	43.591
. Remunerações pagas à CGD (Nota 25.4)	-	316
. Outros trabalhos especializados	7.011	14.200
Consultoria	99.828	15.830
Auditoria	68.259	68.567
Honorários	66.030	79.751
Publicidade	8.990	11.358
Comunicação	8.915	19.863
Eletricidade e água	6.290	7.505
Limpeza, higiene e segurança	4.114	3.720
Deslocações e estadas	2.205	3.244
Outros fornecimentos e serviços externos	23.064	19.940
	2.971.066	2.044.415

A rubrica "Comissões de assessoria financeira" refere-se aos custos incorridos com o contrato celebrado em 1 de abril de 2008 com a Caixagest, pela gestão da totalidade dos ativos que integram as carteiras sob gestão da Sociedade, assim como pela prestação de serviços de *back office*, controlo de risco e avaliação de performance. A remuneração mínima anual da Caixagest resulta da aplicação de uma taxa nominal anual de 0,02% sobre o valor médio dos ativos sob gestão da Sociedade (a média é calculada com base no valor de mercado das carteiras no último dia de cada mês). Adicionalmente, se forem cumpridos determinados requisitos é cobrada uma comissão de performance. Em 2015 e 2014, a comissão de performance ascendeu a 53.712 euros e 101.198 euros, respetivamente.

A rubrica "Estudos atuariais" refere-se aos honorários da Fidelidade e da Towers Watson pela prestação de serviços de avaliação atuarial dos Fundos de pensões geridos pela Sociedade, nos montantes de 149.716 euros e 41.000 euros, respetivamente (151.878 euros e 41.350 euros, respetivamente, em 2014). A Fidelidade e a Towers Watson são responsáveis pelas avaliações atuariais mensais dos Fundos de pensões de benefício definido e contribuição definida, respetivamente.

Nos exercícios de 2015 e 2014, as remunerações pagas à Caixagest referem-se ao salário de um colaborador desta entidade que se encontra a desempenhar funções na CGD Pensões.

No exercício de 2014, as remunerações pagas à CGD referem-se ao salário de um colaborador desta entidade que se encontrava a desempenhar funções na CGD Pensões.

17. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Remunerações dos empregados	324.786	305.365
Remunerações dos órgãos sociais (Nota 25.2)	106.219	160.429
Encargos sobre remunerações	95.512	91.579
Contribuições para Fundos de pensões (Nota 23)	4.670	3.512
Seguros de saúde	16.806	9.983
Cedência de pessoal	(155.551)	(163.365)
Outros	7.765	30.827
	400.207	438.330

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, eram 13 e 10 os colaboradores da Sociedade, respetivamente. Nas mesmas datas, considerando esses colaboradores assim como os colaboradores cedidos por outras empresas do Grupo CGD e excluindo os colaboradores cedidos a outras empresas do Grupo CGD, a Sociedade tinha ao seu serviço 9 e 8 colaboradores, respetivamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a rubrica "Cedência de pessoal" refere-se à cedência de 4 colaboradores à Caixagest e 1 colaborador à Fundger, nos montantes de 88.450 euros e 67.101 euros, respetivamente

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a rubrica "Cedência de pessoal" refere-se à cedência de 3 colaboradores à Caixagest, 2 colaboradores à Fundger e 1 colaborador ao Caixa BI, nos montantes de 90.253 euros, 56.760 euros e 16.352 euros, respetivamente. De referir que a cedência do colaborador ao Caixa BI cessou antes do final do exercício de 2014.

18. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Alienação de unidades de participação (Nota 7)	1.856	4.266
Outros	10.352	1.077
	12.208	5.343

19. OUTROS GASTOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Menos-valias na alienação de obrigações de dívida pública (Nota 7)	245.548	-
Impostos	78.381	137.219
Quotizações	11.825	10.950
Outros	4.462	5.778
	340.216	153.947

O saldo da rubrica de "Impostos" refere-se, essencialmente, às taxas pagas e a pagar à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, as quais corresponderam a 0,048% sobre as contribuições efetuadas em 2015 e 2014 para alguns dos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade (Nota 3.9).

20. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Juros obtidos:		
. Depósitos à ordem em instituições de crédito	3.915	829
Outros rendimentos similares:		
. Juros de obrigações de dívida pública (Nota 7)	86.445	-
. Rendimentos de unidades de participação (Nota 7)	6.823	12.695
. Outros	4	13
	93.272	12.708
	97.187	13.537

21. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica refere-se a juros de contratos de locação financeira.

22. FUNDOS DE PENSÕES GERIDOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica refere-se aos valores patrimoniais dos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade, apresentando a seguinte composição:

	2015	2014
Fundo CGD	2.301.561.265	2.136.365.184
Fundo Caixa Reforma Prudente	373.091.666	316.788.384
Fundo Petrogal	286.672.714	304.127.231
Fundo Caixa Reforma Activa	114.798.429	81.814.081
Fundo Império – Bonança	72.385.124	70.940.879
Fundo Fidelidade	53.728.521	56.402.838
Fundo Galp Energia	49.426.116	45.138.421
Fundo SCML	36.839.422	42.442.707
Fundo Mundial – Confiança	25.078.516	22.186.386
Fundo PIR Fidelidade	22.483.949	20.393.720
Fundo Caixa Reforma Valor	22.476.587	16.129.554
Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	14.678.360	14.689.855
Fundo CMVM	11.676.606	11.081.544
Fundo Euronext Lisbon	11.630.980	11.106.560
Fundo INE	6.833.738	5.823.432
Fundo Impresa Publishing e Associadas	5.030.638	5.166.260
Fundo Interbolsa	4.710.710	4.273.908
Fundo CPR	466.551	481.105
Fundo STET	335.869	375.222
Fundo Ramos Pinto	68.275	68.195
Fundo Gestnave	-	5.731.319
	3.413.974.036	3.171.526.785

O Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Garantida 2022 ("Fundo") foi constituído em 19 de março de 2007, por tempo determinado, tendo como objetivo garantir o financiamento de Planos de Pensões.

Nos termos do regulamento de gestão do Fundo, no dia 21 de março de 2022, é garantido por cada contribuição realizada para o Fundo até ao dia 18 de março de 2022, o valor base de 5 euros por unidade de participação, acrescido de uma rentabilidade mínima de 30% sobre esse valor de cotação base, a qual pode ainda ser acrescida em 50% da maior valorização acumulada, apurada no dia 19 de Março de cada ano, do índice acionista DJ eurostoxx 50, desde a data de constituição do Fundo até essa data.

Para cobertura das responsabilidades decorrentes das subscrições, o Fundo celebrou contratos de venda a prazo com a Sucursal de Londres da CGD, mediante os quais, a 21 de março de 2022, o Fundo entrega à Sucursal de Londres da CGD os seus ativos, representados por *strips* de obrigações do tesouro espanhol, belga, francês e italiano e recebe um montante equivalente ao capital investido inicialmente, acrescido da rentabilidade garantida aos Participantes.

Adicionalmente, nos termos do regulamento de gestão, caso se venha a revelar necessário, a Sociedade procederá à aquisição de unidades de participação a favor dos Participantes em causa, no montante que permita igualar o valor garantido em 21 de março de 2022.

Nos termos previstos na legislação em vigor, é possível aos Participantes subscreverem ou solicitarem o reembolso das unidades de participação do Fundo, para além do período de subscrição inicial. Nestas circunstâncias, poderão ser cobradas comissões de subscrição ou reembolso até uma percentagem máxima de 10% sobre o valor de subscrição ou de reembolso, revertendo a favor da Sociedade.

A partir de 21 de março de 2022, nos termos do regulamento de gestão, a política de investimento do Fundo será alterada, podendo incluir obrigações de taxa fixa e de taxa variável, ações, imobiliário, investimentos alternativos, produtos derivados e instrumentos do mercado monetário para gestão de tesouraria com prazo de vencimento inferior a 12 meses.

Nos termos de um contrato de adesão coletiva ao Fundo de Pensões Caixa Reforma Prudente celebrado, o valor de reembolso ou de transferência (antes da tributação em sede de IRS) de cada unidade de participação que se encontre afeta a contas individuais de participantes e que resulte de contribuições do Associado nos termos previstos do plano, terá no mínimo, que ser igual ao respetivo valor de aquisição (garantia de capital). Se tal não resultar diretamente do valor da unidade de participação na data de reembolso ou da transferência, a Sociedade Gestora deverá complementar o produto do reembolso ou transferência com o montante necessário para assegurar a garantia de capital. Em 31 de dezembro de 2015 o valor das unidades de participação correspondentes a esta adesão coletiva ascendia a 330.903 euros, sendo superior ao respetivo valor de aquisição. Para além destas situações, a Sociedade Gestora não concedeu qualquer outra garantia de rentabilidade ou capital.

Em 14 de agosto de 2014, a Sociedade procedeu à transferência da gestão financeira e administrativa do Fundo de Pensões ICP – Anacom para a BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A..

Com a publicação do Decreto-Lei nº 62/2015, de 23 de abril, foram transferidas para a Caixa Geral de Aposentações, I. P. (CGA) as responsabilidades com os complementos de pensão de reforma, por velhice ou invalidez, e complementos de pensão de sobrevivência dos antigos trabalhadores da Gestnave - Serviços Industriais, S. A.. Como compensação pela transferência daquelas responsabilidades foram igualmente transferidos com referência a 30 de abril de 2015 os ativos do Fundo de Pensões Gestnave para a CGA e para a ENI – Gestão de Planos Sociais, S.A., em função dos critérios estabelecidos naquele diploma. Nos termos do referido Decreto-Lei o Fundo considera-se extinto após aquela transferência. Em 7 de maio de 2015, a Sociedade transferiu os ativos do Fundo de Pensões Gestnave para a BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A..

23. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Sociedade subscreveu um plano de pensões que se consubstancia num plano de contribuição definida, independente da Segurança Social, tendo como objetivo o pagamento de pensões de reforma por velhice e invalidez, bem como pensões de sobrevivência imediata. Este benefício para os colaboradores / participantes da Sociedade traduz-se numa pensão resultante da aquisição de um seguro de renda vitalícia imediata, à data da reforma com o saldo então existente na sua conta individual.

Este plano abrange os colaboradores da Sociedade que se encontravam em funções à data do contrato, bem como aqueles admitidos em data posterior que tenham completado um mínimo de dez anos consecutivos ao serviço da Sociedade, contados a partir da data da respetiva admissão. A idade normal de reforma coincide com a data em que o participante adquire o direito a uma pensão da Segurança Social por velhice.

A remuneração para efeitos de apuramento das contribuições é composta pelo vencimento base, acrescida dos subsídios de isenção de horário de trabalho e de disponibilidade e de outras remunerações auferidas a título regular. Como tempo de serviço é considerado o número de anos completos e consecutivos ao serviço da Sociedade.

O financiamento do plano de pensões fica totalmente a cargo da Sociedade, através da contribuição inicial e das contribuições trimestrais. A contribuição inicial a favor de cada participante é calculada da seguinte forma:

2% * N * remuneração mensal * 12

N corresponde ao tempo de serviço.

A contribuição trimestral é calculada da seguinte forma:

2% * remuneração mensal * 3

A Sociedade poderá ainda, sempre que entender, efetuar contribuições extraordinárias.
Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Sociedade efetuou contribuições nos montantes de 4.670 euros e 3.512 euros, respetivamente (Nota 17).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as contribuições tinham sido investidas em unidades de participação dos seguintes fundos de pensões abertos:

	Número de unidades de participação		Valor de mercado	
	2015	2014	2015	2014
Fundo Caixa Reforma Valor	7.263	5.739	44.008	33.295
Fundo Caixa Reforma Activa	1.620	1.514	21.436	19.571
Fundo Caixa Reforma Prudente	1.160	947	6.756	5.569
	10.043	8.200	72.200	58.435

24. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi determinado conforme segue:

	2015	2014
Resultado líquido do exercício	2.070.177	1.347.183
Número médio ponderado de ações em circulação no exercício (Nota 12)	600.000	600.000
Resultado básico por ação	3,45	2,25

Não é aplicável o conceito de resultados por ação diluídos uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, *warrants* ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

25. PARTES RELACIONADAS

25.1 Identificação dos acionistas

A empresa é integralmente detida pela Caixa – Gestão de Activos, SGPS, S.A. (Acionista), sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas na Caixa Geral de Depósitos, S.A., ambas com sede na Avenida João XXI, em Lisboa.

25.2 Membros do Conselho de Administração da Sociedade

Em 31 de dezembro de 2015, os membros do Conselho de Administração da Sociedade eram:

Dra. Filomena Pereira de Oliveira
Dr. Henrique Pereira Melo
Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins
Dr. José João Castro Avelar Froes

Em 31 de dezembro de 2014, os membros do Conselho de Administração da Sociedade eram:

Dr. João Eduardo de Noronha Gamito Faria
Dr. Henrique Pereira Melo
Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins
Dra. Marta Maria Cavadas Correia de Magalhães
Dr. José João Castro Avelar Froes

Nos exercícios de 2015 e 2014, as remunerações dos membros do Conselho de Administração ascenderam a 106.219 euros e 160.429 euros, respetivamente (Nota 17).

Conforme deliberado pelo Acionista, em 2015 e 2014 os membros do Conselho de Administração não têm direito a qualquer remuneração variável.

25.3 Órgão de fiscalização

Os honorários da Deloitte e Associados, SROC S.A., Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único da Sociedade, para os exercícios de 2015 e 2014 ascenderam a 42.250 euros e 44.250 euros, respetivamente, excluindo Imposto Sobre o Valor Acrescentado. Para além da revisão legal das contas anuais da Sociedade, estes honorários englobam a auditoria externa contratual às demonstrações financeiras dos fundos de pensões geridos pela Sociedade, bem como o exame simplificado dos elementos financeiros e estatísticos da Sociedade.

25.4 Saldos com partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas para além dos membros do Conselho de Administração da Sociedade, todas as entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Sociedade apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2015				
	CGD	Fundger	Caixagest	CLF	Total
Ativo:					
Depósitos à ordem (Nota 4)	1.162.305	-	-	-	1.162.305
Depósitos a prazo (Nota 4)	4.300.000	-	-	-	4.300.000
Outros ativos financeiros (Nota 7)	-	-	100.084	-	100.084
Outras contas a receber	3.903	5.935	7.964	-	17.802
	5.466.208	5.935	108.048	-	5.580.191
Passivo:					
Fornecedores, conta corrente (Nota 13)	475.970	-	15.060	-	491.030
Fornecedores de imobilizado (Nota 13)	-	-	-	(10)	(10)
Outras contas a pagar (Nota 14)	224	-	158.093	-	158.317
	476.194	-	173.153	(10)	649.337
Custos e perdas:					
Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	1.807.289	-	621.241	-	2.428.530
Custos com pessoal (Nota 17)	186	(67.101)	89.370	-	22.455
Juros e gastos similares suportados (Nota 21)	-	-	-	1	1
	1.807.475	(67.101)	710.611	1	2.450.986
Proveitos e ganhos:					
Juros e rendimentos similares obtidos (Nota 20)	3.915	-	-	-	3.915

	2014					
	CGD	Fundger	Caixagest	CLF	Caixa BI	Total
Ativo:						
Depósitos à ordem (Nota 4)	156.332	-	-	-	-	156.332
Outros ativos financeiros (Nota 7)	-	-	3.659.742	-	-	3.659.742
Outras contas a receber	10	9.796	15.079	-	770	25.655
	156.342	9.796	3.674.821	-	770	3.841.729
Passivo:						
Fornecedores, conta corrente (Nota 13)	328.916	-	20.151	-	-	349.067
Fornecedores de imobilizado (Nota 13)	-	-	-	159	-	159
Outras contas a pagar (Nota 14)	16.677	-	146.826	-	-	163.503
	345.593	-	166.977	159	-	512.729
Custos e perdas:						
Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	1.025.208	-	572.935	-	-	1.598.143
Custos com pessoal (Nota 17)	141.053	(56.761)	(24.804)	-	(16.352)	43.136
Juros e gastos similares suportados (Nota 21)	-	-	-	4	-	4
	1.166.261	(56.761)	548.131	4	(16.352)	1.641.283
Proveitos e ganhos:						
Juros e rendimentos similares obtidos (Nota 20)	829	-	-	-	-	829

2. RELATÓRIO DO GOVERNO DA SOCIEDADE

2.1 AVALIAÇÃO DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO

A CGD Pensões, adiante designada por Sociedade, cumpre todas as recomendações sobre o bom governo apresentadas no Decreto-Lei 133/2013, conforme se descreve na presente grelha de avaliação.

Princípios	Recomendações	Grau de Cumprimento[1]	Referências no Relatório
Missão, Objetivos e Princípios Gerais de Atuação	**Obrigação de cumprimento, respeito e divulgação, da missão, objetivos e políticas**, para si e para as participadas que controla, fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, visando salvaguardar e expandir a sua competitividade, com respeito pelos princípios fixados de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e satisfação das necessidades da coletividade;	Cumprido	2.2
	Elaborar planos de atividade e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta a sua missão e os objetivos fixados;	Cumprido	2.2
	Definir estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental;	Cumprido Parcialmente	2.9
	Adoção de planos de igualdade, de modo a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, eliminando a discriminação em razão de sexo e permitindo a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;	Cumprido	2.3
	Reporte de informação anual à tutela e ao público em geral, de como foi prosseguida a missão, grau de cumprimento dos objetivos, forma de cumprimento da política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e forma de salvaguarda da sua competitividade (via de investigação, da inovação, do desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo);	Cumprido	2.8
	Cumprimento de legislação e regulamentação, adotando um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de prevenção do branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral;	Cumprido	2.3
	Obrigação de tratamento com respeito e integridade de todos os trabalhadores e contribuir para a sua valorização pessoal;	Cumprido	2.3

Princípios	Recomendações	Grau de Cumprimento[1]	Referências no Relatório
Missão, Objetivos e Princípios Gerais de Atuação	**Obrigação de tratamento com equidade de clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos,** estabelecendo e divulgando procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços, adotando critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia, que assegurem a eficiência das transações realizadas e que garantam a igualdade de oportunidades para todos os interessados, devendo divulgar anualmente todas as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado e a lista dos fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (se a % ultrapassar 1 milhão de euros);	Cumprido	2.3
	Conduzir com integridade todos os negócios da empresa, não podendo praticar despesas confidenciais ou não documentadas	Cumprido	2.3
	Ter ou aderir a um código de ética (que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos e proceder à sua divulgação).	Cumprido	2.3
Estruturas de Administração e Fiscalização	**Nº de membros não exceder o de empresas privadas comparáveis**, de dimensão semelhante e do mesmo sector; **O modelo de governo deve assegurar a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização** (empresas de maior dimensão e complexidade devem especializar a função de supervisão criando comissão de auditoria ou comissão para matérias financeiras);	Não aplicável Cumprido	2.5
	Emissão de relatório de avaliação de desempenho anual dos gestores executivos e de avaliação global das estruturas e mecanismos de governo em vigor pela empresa, efetuado pelos membros do órgão de fiscalização;	Não aplicável	
	Empresas de maior dimensão e complexidade devem ter as contas auditadas por entidades independentes com padrões idênticos aos praticados para empresas admitidas à negociação em mercados regulamentados, devendo os membros do Órgão de fiscalização ser os responsáveis pela seleção, confirmação e contratação de auditores, pela aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria e ser os interlocutores empresa/auditores;	Não aplicável	
	Implementação do sistema de controlo, que proteja os investimentos e ativos da empresa e que abarque todos os riscos relevantes assumidos pela empresa;	Cumprido	2.7

Princípios	Recomendações	Grau de Cumprimento[1]	Referências no Relatório
	Promover a rotação e limitação dos mandatos dos membros dos órgãos de fiscalização	Não aplicável	
Remuneração e Outros Direitos	**Divulgação anual das remunerações totais** (fixas e variáveis) auferidas **por cada membro do órgão de administração;** Divulgação anual das remunerações auferidas por cada membro do órgão de fiscalização;	Cumprido	2.6
Remuneração e Outros Direitos	**Divulgação anual dos demais benefícios e regalias** (seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa).	Cumprido	2.6
Prevenção de conflitos de interesses	**Obrigação dos membros dos órgãos sociais** de se absterem de intervir em decisões que envolvam o seu próprio interesse; **Obrigação dos membros dos órgãos sociais** de declararem quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa;	Cumprido	2.5
	Obrigação dos membros dos órgãos socials de declararem relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, IC's ou outros, suscetíveis de gerar conflito de interesse.	Cumprido	2.5
Divulgação de informação relevante	**Divulgar publicamente, de imediato, todas as informações** de que tenham conhecimento, suscetíveis de afetar de modo relevante a situação económica, financeira e patrimonial da empresa; **Disponibilizar para divulgação no sítio das empresas do Estado**, de forma clara, relevante e atualizada, toda a informação antes enunciada, a informação financeira histórica e atual da empresa e a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais;	Cumprido Cumprido	2.8 2.8
	Incluir no Relatório de Gestão ponto relativo ao governo da sociedade (regulamentos internos e externos a que está sujeita, informações sobre transações relevantes com entidades relacionadas, remunerações dos membros dos órgãos, análise de sustentabilidade e avaliação do grau de cumprimento dos PBG);	Cumprido	2.3
	Nomeação do provedor do cliente, quando se justificar;	Cumprido	2.10

(1) Grau de cumprimento – cumprido, cumprido parcialmente, não cumprido, não aplicável.

2.2 ORIENTAÇÕES DE GESTÃO, MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS DA INSTITUIÇÃO

Orientações de Gestão

As orientações de gestão definidas pelo acionista são as seguintes:

- Consolidação do crescimento rentável, através da captação de produtos de valor acrescentado, da obtenção de uma posição de liderança de mercado e da aposta na qualidade das soluções financeiras apresentadas;
- Aumento do contributo para o Grupo, através do aumento do comissionamento, e do controlo dos custos de funcionamento;
- Crescer com riscos controlados, através de um modelo de gestão assente na minoração de riscos. Implementação do projeto ROCI (para controlo e monitorização do risco operacional e controlo interno), investimento em tecnologias de informação que permitam melhorar a capacidade de gestão e controlo de risco dos investimentos, e catação de talentos em recursos humanos em áreas consideradas prioritárias.

Missão, Objetivos e Políticas

A missão da Sociedade é ser reconhecida pelos clientes (internos e externos), como a sua primeira escolha de fornecedor de serviços e produtos para a reforma. Tendo por base esta missão, o objetivo é a concretização das aspirações financeiras dos clientes, proporcionando-lhes *performance* de investimento com valor acrescentado, face aos seus requisitos de rendibilidade e risco, de forma consistente ao longo do tempo. Para tal a Sociedade tenta captar as melhores pessoas no mercado de trabalho e proporcionar aos seus colaboradores os meios e ferramentas que permitam a excelência nas suas funções. A Sociedade e os seus colaboradores desenvolvem a sua atividade e funções no respeito por elevados princípios éticos e deontológicos, orientando a sua prática pelos valores definidos no Código de Conduta, documento que consagra os princípios de atuação e as normas de conduta profissional observados na, e pela, empresa no exercício da sua atividade, sempre sob orientações advogadas pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos (CGD).

A estratégia só terá sucesso se as atividades da empresa forem desenvolvidas em estreita cooperação com a CGD, que acumula papéis de acionista, cliente e comercializador dos serviços e produtos da Sociedade.

Os objetivos estratégicos da Sociedade assentam grande parte do seu esforço na:

- Dinamização da oferta dos seus produtos e serviços, ajustando-a às necessidades dos clientes e à conjuntura registada nos mercados financeiros;
- Adequação das propostas de valor na gestão de investimentos à oferta de produtos e serviços apresentados aos seus clientes;
- Dotação de ferramentas de informação e tecnologia, de gestão e controlo do risco necessárias na execução da atividade.

Com estes objetivos a Sociedade pretende atingir a liderança em montante sob gestão em fundos de pensões, procurando também desta forma concretizar as aspirações financeiras dos clientes.

Plano de Atividades

A Sociedade desenvolve, anualmente, um processo de planeamento para as diversas áreas de negócio, de forma integrada com a estrutura de planeamento do grupo CGD, realizando uma reunião entre o Conselho de Administração e os quadros onde são apresentados o plano de atividades anual face aos objetivos traçados.

Para acompanhar a execução do plano de atividade e orçamento aprovados, encontra-se implementado um sistema de informação de gestão, composto por um vasto conjunto de relatórios periódicos sobre as diversas áreas de atividade, produzido internamente pela Área de Orçamento e Controlo de Gestão e pela Direção de Controlo e Planeamento da CGD.

Anualmente, é apresentada no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida pela sociedade.

2.3 PRINCÍPIOS GERAIS DE ATUAÇÃO

Toda a atividade da Sociedade é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas, existindo um sistema de controlo interno para acompanhar o grau de observância respetivo.

Neste contexto, a Sociedade adota um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de prevenção do branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.

Regulamentos Externos

A atividade da Sociedade está sujeita a todas as normas legais relativas às sociedades anónimas, designadamente ao Código das Sociedades Comerciais e às consagradas nos seus Estatutos.

A sociedade está igualmente sujeita aos princípios de bom governo das empresas do Setor Empresarial do Estado (SEE), cujo regime jurídico consta do DL n.º DL nº 133/2013, de 03 de outubro, alterado pela Lei nº 75-A/2014, de 30 de setembro.

De um modo geral, à Sociedade aplica-se a legislação europeia e nacional relativa à sua Atividade, salientando-se no direito interno, o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro, na sua atual redação, o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei nº 486/99 de 13 de Novembro, na sua atual redação e todas as disposições regulamentares emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e pela Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões.

No âmbito da sua atividade de gestão de fundos de pensões, é de realçar ainda o Decreto Lei n.º 12/2006 de 20 de Janeiro que institui o Regime Jurídico dos Fundos de Pensões, na sua redação atualizada.

Destaca-se, também, a aplicação à sociedade da lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, e do Regulamento EU n.º 1781/2006, que estabelecem medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Código de Conduta

A Sociedade dispõe de um Código de Conduta que está disponível para consulta, na sua sede, na Avenida João XXI, 63, 2º, Lisboa.

O Código de Conduta pretende garantir como princípio geral que todos os colaboradores, no exercício das suas funções, observam os mais elevados padrões de integridade e de honestidade, atuando

sempre de uma forma competente, diligente e profissional, cumprindo com todas as disposições legais e regulamentares inerentes às atividades de intermediação financeira, com todas as normas éticas e deontológicas de conduta, previstas na lei.

Todas as operações de aquisição ou alienação de valores mobiliários efetuadas pelos colaboradores são alvo de restrições impostas por este Código, e todos os colaboradores comunicam por escrito as operações realizadas por conta própria.

Normas de Natureza Fiscal

No que se refere ao cumprimento da legislação e regulamentação em vigor de normas de natureza fiscal, a Direção da Sociedade, a Direção Administrativa e Financeira e a Direção de Backoffice Imobiliário asseguram o cumprimento das mesmas ao nível da Sociedade e dos Fundos.

Normas de prevenção de branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e corrução

Para efeitos da prevenção de operações relacionadas com branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e crimes contra o mercado, a Sociedade atua em estrita colaboração com os bancos depositários com quem opera.

A CGD dispõe de um adequado normativo interno, do qual constam todos os deveres consagrados no ordenamento jurídico vigente, bem como as medidas e procedimentos internos destinados ao cumprimento dos aludidos deveres, de que se destacam ferramentas informáticas para deteção de situações suscetíveis de configurarem branqueamento de capitais, de que a corrução é crime subjacente.

Não obstante este fato, a Sociedade tem presente os deveres impostos pela Lei n.º 25/2008 de 5 de Junho e procedeu em 2010 à formação dos seus colaboradores sobre a temática da prevenção do branqueamento de capitais e o combate ao financiamento do terrorismo.

O responsável pela coordenação dos procedimentos de controlo interno em matéria de branqueamento de capitais, bem como pela centralização da informação e respetiva comunicação às autoridades competentes é a Direção de Supervisão e Compliance, em estrita colaboração com o Gabinete de Apoio à função de Compliance da Caixa.

A Sociedade não identificou no corrente ano quaisquer operações suspeitas, relacionadas com o crime de branqueamento de capitais, não tendo sido realizada qualquer comunicação às entidades competentes.

Normas de concorrência e de proteção do consumidor

As práticas concorrenciais da Sociedade obedecem a princípios éticos de atuação que não põem em causa as linhas de ação da sã concorrência das Instituições que operam no sistema financeiro.

Normas de natureza ambiental

A Sociedade encontra-se inserida num grupo económico em que o Ambiente assume uma importância fulcral na Estratégia de Sustentabilidade, que se consubstancia nas mais diversas áreas da sua atividade a nível externo e interno.

Neste âmbito na CGD há a destacar o Programa Caixa Carbono Zero 2010, lançado em 2007. Assente em cinco vetores de atuação, este Programa concretiza a estratégia climática da CGD. Uma estratégia que passa tanto pela ação interna – assumindo a responsabilidade pela quantificação, redução e compensação das emissões próprias – como pela atuação no mercado e na esfera social, contribuindo para a edificação de uma economia de baixo carbono. Estes vetores são transversais a

todo o grupo Caixa, englobando ações que ambicionam diminuir o impacte ambiental decorrente quer dos seus impactos diretos, quer dos indiretos.

Normas de índole laboral

A sociedade pauta as suas relações laborais por critérios de grande rigor e elevados padrões éticos, cultivando um diálogo esclarecedor e construtivo com os seus colaboradores e dando cumprimento à legislação laboral, ao Acordo Coletivo de Trabalho das Empresas do Grupo CGD e aos diversos Regulamentos Internos que dispõem o modo de acesso a diversos benefícios extracontratuais.

Igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres

O efetivo na Sociedade apresentou em 2015 uma distribuição equitativa por sexos (54% feminino e 46% masculino). O processo de recrutamento e seleção respeita integralmente o princípio da igualdade de oportunidades, sendo a seleção feita de acordo com o currículo e o perfil de competências de cada candidato.

Conciliação da vida pessoal, familiar e profissional

A Sociedade tem procurado implementar um conjunto de medidas de apoio à conciliação do trabalho e da família, destacando-se as seguintes:

- Adequação e flexibilidade de horários e condições de trabalho;
- Mobilidade interna baseada numa política de facilidade nas transferências de acordo com os interesses pessoais dos colaboradores;
- Adequação de cada colocação às condições físicas e psicológicas dos trabalhadores, equipando os postos de trabalho de acordo com as necessidades específicas apresentadas por alguns colaboradores;
- Assistência à família na doença sem perda de vencimento, para além do período previsto legalmente, quando a análise do acompanhamento da situação assim o justifique;
- Atribuição de subsídios aos filhos dos colaboradores (infantil e de estudo);
- Concessão de crédito para necessidades relevantes de ordem material e social dos seus colaboradores.

Valorização profissional dos colaboradores

O acesso à formação é feito de uma forma generalizada pela globalidade dos colaboradores, sendo estes incentivados à formação permanente e contínua ao longo da sua vida profissional.

Em 2015, registaram-se diversas participações em ações de formação sobre temáticas específicas da atividade, participações em cursos de informática e presenças em conferências e seminários nacionais e internacionais.

Os colaboradores que pretendam frequentar cursos de formação, considerados de importância para o desempenho da sua função, podem requerer uma comparticipação nos custos de formação, existindo regulamentos específicos para esta matéria.

Salienta-se ainda que, como forma de promover o acesso às novas tecnologias, a Sociedade também oferece aos seus colaboradores condições especiais para a aquisição de equipamento informático.

2.4 TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Transações relevantes com entidades relacionadas

São consideradas entidades relacionadas, todas as empresas controladas pelo Grupo CGD. Das transações com empresas do Grupo destacam-se, como sendo as mais relevantes, as realizadas com a CGD.

Em 31 de Dezembro de 2015, as demonstrações financeiras da Sociedade incluem os seguintes saldos e transações com a CGD:

Valores em milhares de euros

Ativos	
Disponibilidades em instituições de crédito	1 162
Aplicações em instituições de crédito	4300
Proveitos	
Juros e rendimentos similares	4
Custos	
Comissões	1 739

Procedimentos adotados em matéria de aquisição de serviços

A Sociedade possui procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, pautados pela adoção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia.

Os procedimentos adotados são os seguintes:

- Consultas ao mercado, sendo consultados, em regra, dois fornecedores por produto;
- Seleção de fornecedores com base na análise comparativa das propostas apresentadas;
- Autorização de despesas de acordo com as competências delegadas;
- Contratos com fornecedores de bens/prestadores de serviços de forma escrita, através de troca de correspondência ou contrato formal.

Universo de transações que não tenham ocorrido em condições de mercado

As contratações sem consulta ao mercado são habitualmente realizadas com empresas do Grupo CGD, respeitando as práticas de mercado e o interesse mútuo:

- Locação operacional: com a Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA.

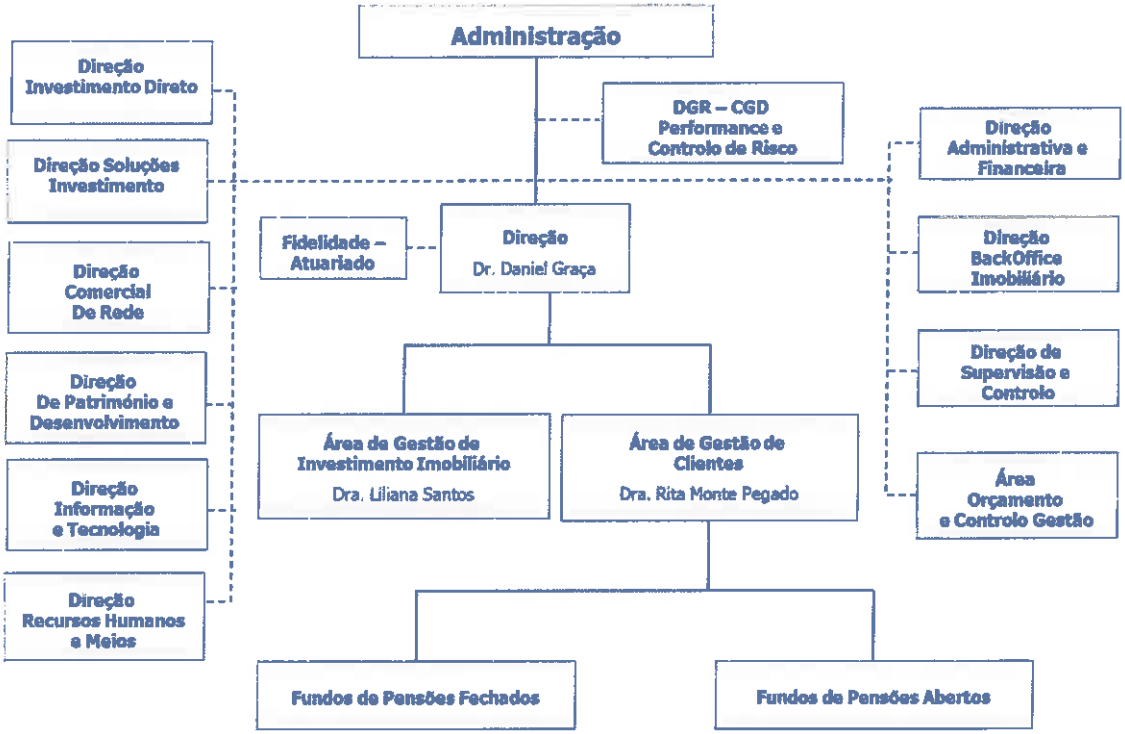
Fornecedores que representam mais de 5% dos Fornecimentos e Serviços Terceiros

Os fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos em base individual em 2014 foram os seguintes: a CGD (59%) e a Caixagest (20%).

2.5 MODELO SOCIETÁRIO

Modelo de Governo

A Sociedade é detida na totalidade pela holding Caixa Gestão de Ativos, SGPS SA, a qual é detida a 100% pela Caixa Geral de Depósitos. O acionista único da Caixa Geral de Depósitos é o Estado Português. A Sociedade dispõe de uma organização que assegura um adequado nível de funcionamento e define responsabilidades e hierarquias. Esta estrutura contempla a segregação de funções, assente na separação entre as diferentes funções existentes:



Com a integração na holding, a sociedade gestora veio beneficiar dos vastos recursos técnicos e humanos afetos à gestão de ativos, mediante o aproveitamento de estruturas comuns às várias empresas da holding. Na Sociedade, são diretamente asseguradas todas as funções "core" da atividade de constituição e gestão de fundos de pensões, nomeadamente, constituição, alteração e extinção de fundos de pensões fechados e abertos; celebração de adesões coletivas e adesões individuais; elaboração dos relatórios de gestão e reuniões periódicas com os clientes; gestão do investimento imobiliário direto e indireto existente nas diferentes carteiras sob gestão. A Sociedade é composta por 11 elementos, sendo a responsável a Dr.ª Marta Magalhães.

A Sociedade, através da subcontratação de serviços, passou a utilizar as equipas integradas transversais a toda a gestão de ativos: Função Investimento (Direção de Investimento Direto – DID, e Direção Soluções de Investimento - DSI); Função Administrativa (Direção Administrativa e Financeira – DAF e Direção de Backoffice Imobiliário - DBI); Função Comercial (Direção de Clientes Negócio - DCN); Função Compliance (Direção de Supervisão e Compliance - DSC); Função de Suporte (Direção de Recursos Humanos e Meios – DRHm, e Direção de Informação e Tecnologia - DIT); Função de Auditoria Interna (AICG); e Função Avaliação de Performance e Controle de Risco (Direção de Gestão de Risco – DGR - estrutura da Caixa Geral de Depósitos formalmente independente da holding da gestão de ativos).

Em termos da função atuarial, também subcontratou os serviços a três entidades externas, dispondo, atualmente, de três atuários responsáveis.

Informação Sobre os Órgãos Sociais - triénio 2013/2015

A **Mesa da Assembleia Geral** é composta pelos seguintes membros:

Presidente	Dr. Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz
Secretário	Dr. Hernâni da Costa Loureiro
Secretário	Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

A composição do **Conselho de Administração** para o mandato atual é a seguinte:

Presidente	Dr.ª Filomena Raquel Rocha Rodrigues Pereira Oliveira
Vice-Presidente	Dr. Henrique Pereira Melo
Vogal	Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins
Vogal	Sr. José João Castro Avelar Froes

Os Srs. Administradores João Eduardo de Noronha Gamito Faria e Marta Maria Cavadas Correia de Magalhães apresentaram a renúncia ao cargo de Presidente, com efeitos a partir de 31 de Março de 2015.

Durante o exercício de 2015 o Conselho de Administração teve 4 reuniões.

O **Fiscal Único** é a Deloitte & Associados, SROC, representada pelo Dr. João Carlos Henriques Gomes Ferreira e o suplente o Dr. Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro.

A composição da **Comissão de Vencimentos** nomeada pela Assembleia Geral para fixar as remunerações dos membros do Conselho de Administração da Sociedade é a seguinte:

Membro	Dr. Vitor José Lilaia da Silva
Membro	Dr. Fernando Manuel Simões Nunes Lourenço

Os curriculum vitae dos membros da mesa da Assembleia Geral e dos orgãos de administração e de fiscalização estão apresentados no Anexo I ao presente relatório.

Prevenção de conflitos de interesses

A organização e gestão das atividades de intermediação financeira são realizadas para que não ocorram conflitos de interesses entre os diferentes clientes abrangidos e as Direções estão estruturadas de modo a garantir uma adequada segregação de funções de decisão, execução, registo e controlo dos investimentos realizados.

Para minimizar o risco de ocorrência de conflitos de interesses com membros do Conselho de Administração (CA) e os colaboradores, estão estabelecidas as seguintes normas:

- Preenchimento de uma declaração individual, em que constem as situações suscetíveis de gerar conflitos de interesses que possam surgir devido a vínculos económicos.

- Interdição de uso direto ou indireto das informações obtidas através da Sociedade, em seu próprio benefício nem as facilitar a quaisquer clientes ou terceiros. Estão ainda sujeitos ao segredo profissional e ao regime jurídico aplicável à informação privilegiada, as informações conhecidas por força do exercício da atividade de intermediação financeira.
- Observância, em todas as suas atuações, do cumprimento das exigências éticas, morais e deontológicas e contribuição para o bom funcionamento e transparência dos mercados.
- Adicionalmente, estão também estipulados critérios de resolução de potenciais conflitos de interesses com clientes, salvaguardando a prevalência dos interesses dos clientes e o respeito pelos princípios de equidade e de transparência.

Incompatibilidades dos membros do Conselho de Administração

Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na sociedade e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração, decorrentes da integração em empresas do Setor Empresarial do Estado ou de quaisquer outras normas. Os membros do Conselho de Administração cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação.

Incompatibilidades dos Membros do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal não se encontram abrangidos pelas incompatibilidades do artigo 414-A do Código das Sociedades Comerciais (CSC), e a maioria dos seus membros são independentes, de acordo com a recomendação constante da carta circular do Banco de Portugal nº 24/2009/DSB e do artº 414 nºs 5 e 6 do CSC

2.6 REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Política de Remunerações dos membros dos orgãos de administração e de fiscalização

A Comissão de Vencimentos, em cumprimento do mandato que lhe foi atribuído pela Assembleia Geral, e tendo em consideração os Objetivos definidos, delibera o valor das remunerações fixas dos Administradores com pelouros, sendo os custos suportados pelas empresas participadas.

As remunerações dos membros dos orgãos de administração e de fiscalização encontram-se espelhadas no Anexo II ao presente relatório.

2.7 SISTEMA DE CONTROLO

Sistema de Controlo Interno

A Sociedade dispõe de um Sistema de Controlo Interno que assegura o cumprimento da legislação e regulamentação, e onde se evidenciam as deficiências que a Sociedade apresenta e as medidas que está a desenvolver com vista as eliminar e que inclui capítulos relativos ao branqueamento de capitais e às reclamações de clientes.

Sistema de Controlo de Proteção dos Investimentos

A Sociedade tem assegurado um sistema de gestão dos principais riscos a que os fundos estão sujeitos, através do acompanhamento contínuo da evolução da *performance* e de indicadores de risco, encontrando-se concluído um sistema mais abrangente, tendo em linha de conta as novas normas regulamentares publicadas pelo Instituto de Seguros de Portugal. A Unidade de Controlo de Risco e Análise de Performance (UCR) que depende da DGR – CGD é responsável pela análise dos resultados obtidos nas diferentes carteiras dos fundos em termos de rentabilidade e de risco, comparando-os com os objetivos de investimento.

2.8 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE

Divulgação de informação no sítio da empresa

O sítio da sociedade inclui na sua arquitetura de informação, uma área de acesso público exclusivamente dedicada à divulgação de toda a informação obrigatória e legal respeitante ao Governo da Sociedade, de forma a cumprir integralmente os princípios de Bom Governo das empresas do Setor Empresarial do estado, aprovados pela resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março.

Divulgação de informação sobre o Governo da Sociedade

O presente Relatório de Bom Governo, que constitui um capítulo autónomo do presente Relatório e Contas, encontra-se também disponível para consulta no site da sociedade.

2.9 ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL

Sustentabilidade económica, social e ambiental

A Sociedade faz parte do Grupo CGD que, pela sua visão estratégica, ambiciona estar na primeira linha do Desenvolvimento Sustentável.

Ao nível ambiental destaca-se o Programa Caixa Carbono Zero 2010, programa estratégico da CGD para as Alterações Climáticas que visa contribuir para a redução do impacte ambiental das suas atividades, numa lógica de desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo que procura induzir boas práticas junto dos seus colaboradores, Clientes, fornecedores e da sociedade em geral.

2.10 NOMEAÇÃO DO PROVEDOR DO CLIENTE

Provedor do cliente

O provedor do cliente para os participantes de adesões individuais a Fundos de Pensões abertos é o Dr. Francisco Medeiros Cordeiro, sendo nomeado pela APFIPP em nome das suas associadas.

ANEXO I – CURRICULUM VITAE DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração

Dr.ª Filomena Raquel Rocha Rodrigues Pereira Oliveira

Primeira designação para o cargo de presidente do Conselho de Administração em 30/3/2015. O mandato atual diz respeito ao triénio 2013/2015.

Licenciada e Mestre em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

Presidente da Comissão Executiva (C.E.O.) da Caixa Gestão de Ativos (desde 2015) e em consequência, presidente do Conselho de Administração da Caixagest, da Fundger e da CGD Pensões. Diretora Central em diversas Direções da CGD (2006-2015). Colaboradora da CGD desde 1998. Coordenadora da Área da Dívida Pública no Instituto de Gestão de Crédito Público (1997-1998). Sub-diretora na Direção Geral do Tesouro (1995-1996).

Data de nascimento: 14 de Abril de 1960.

Dr. Henrique Pereira Melo

Primeira designação para o cargo de vice-presidente do Conselho de Administração em 01/06/2006. O mandato atual diz respeito ao triénio 2013/2015.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa.

Vice-Presidente do Conselho de Administração da CGD Pensões e Membro do Conselho de Administração da Sogrupo CSP, Vogal da Comissão de Vencimentos do Banco Nacional Ultramarino, da Caixa - Banco de Investimento, da Caixa - Gestão de Ativos, da Caixa Capital, da Caixa Seguros e Saúde, da Caixagest, da Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, da Fundger, da Império Bonança e da Sogrupo SI, do Banco Caixa Geral Totta Angola, do Banco Nacional de Investimento (Moçambique).Colaborador da Caixa Geral de Depósitos desde 1977.

Data de nascimento: 23 de Outubro de 1946

Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 22/3/2004. O mandato atual diz respeito ao triénio 2013/2015.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Pós-Graduado em Mercados e Ativos Financeiros pelo Centro de Investigação de Mercados e Ativos Financeiros do ISTE.

Membro do Conselho de Administração da Caixagest (2002-2015) e da CGD Pensões (desde 2004). Administrador da Fundger (2009-2013). Diretor de Gestão de Ativos do Barclays Bank, em Lisboa. Membro do Conselho de Administração da Mello Ativos Financeiros, SGFIM e da Mello Ativos Financeiros SGP. Diretor de Investimento da AF Investimentos, SGFIM. Diretor de Investimento da Tottafundos, SGFIM. Diretor de Research da Caixagest., Subdiretor da Área de Investimento, na Gestifundo, SGFIM.

Data de Nascimento: 20 de Maio de 1965

José João Castro Avelar Froes

Primeira designação para o cargo de membro do Conselho de Administração em 30/4/2013. O mandato atual diz respeito ao triénio 2013/2015.

Diretor Coordenador da Caixagest (2013). Diretor de Operações da Fundger (2010-2012). Diretor Comercial da Caixagest (1995-2009). Colaborador da Caixagest desde 1989. Técnico do Departamento de Operações da Fiseco - Sociedade Gestora de Patrimónios (1988-1989). Técnico do Departamento de Operações da Soinvest - Consultores e Gestão (1987-1988).

Data de nascimento: 2 de Julho de 1961

Mesa da Assembleia Geral

Dr. Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz

Primeira designação para o cargo de Presidente da Mesa da Assembleia-Geral em 30/4/2013. O mandato atual diz respeito ao triénio 2013/2015.

Licenciado em Administração e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Gestão e Pós-Graduação, PMD, na Harvard Business School. Registrado na *Securities and Futures Authority*

Vice-presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (desde 2013); Presidente da Gerbanca, SGPS, S.A., da Parbanca, SGPS, S.A., da Partang, SGPS, S.A., do Banco Caixa Geral Brasil, do Banco Caixa Geral Totta de Angola, do BNU - Banco Nacional Ultramarino, S.A. - Macau e do Conselho Diretivo da Caixa Geral de Aposentações (desde 2013); Vogal do Conselho de Administração da CGD (2011-2013); Administrador da Locarent e Presidente da Caixa Leasing e Factoring (2012); Administrador do Banco Comercial e de Investimentos, S.A. Moçambique (2011); Presidente do Conselho de Administração da Imocaixa – Gestão imobiliária,S.A e do Caixa Imobiliário, S.A. (2011); Cofundador e CEO Grupo ASK - Advisory Services Kapital (2007-2011); CEO da Orey Financial (2005-2006); Diretor-Coordenador do Banif Investment Bank (2001-2004); Vice-Presidente da Banif Ascor (2000-2001); Diretor do Banco de Negócios da Argentária (1998-2000); Administrador da Titulo – Sociedade Corretora (1996-1998); Responsável pelos Mercados de Capitais da Europa do Sul na Carnegie London (1994-1996); Diretor de Vendas e Negociação da Carnegie Portugal (1992-1994); Sales/Trader da BCI Valores (1991-1992); Corretor na Pedro Caldeira Sociedade Corretora SA. (1990-1991).

Data de nascimento: 2 de Novembro de 1968

Dr. Hernâni da Costa Loureiro

Primeira designação para o cargo de Vice-presidente da Mesa da Assembleia Geral em 22/3/2001. O mandato atual diz respeito ao triénio 2013/2015.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa.

Consultor Jurídico da Associação Portuguesa de Bancos (desde 2006). Diretor na Caixa Geral de Depósitos (1986 -2005).

Data de Nascimento: 28 de Dezembro de 1944

Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

Primeira designação para o cargo de Secretário da Mesa da Assembleia Geral em 22/3/2001. O mandato atual diz respeito ao triénio 2013/2015.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Clássica de Lisboa. Pós-graduado em Direito e Gestão de Empresas pela Nova Fórum da Universidade Nova de Lisboa.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Caixa Gestão de Ativos, Caixa-Imobiliário, Caixagest, Caixanet, Caixatec, Fundger, Gestinsua, Imocaixa, Sanjimo e Vale do Lobo. Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Gerbanca, Parbanca, Sogrupo IV e Yunit Serviços. Secretário da Mesa da Assembleia Geral de A Promotora, Banco Comercial do Atlântico, Banco Interatlântico, Caixa BI, Caixa Participações, Cares, Cares RH, CGD Pensões, Garantia, Locarent, Sogrupo Compras, Sogrupo SI e TF Turismo Fundos. Membro da Comissão de Vencimentos da Cares, Multicare, Sogrupo Compras , Sogrupo IV e TF Turismo Fundos. Vogal (Suplente) do Conselho Fiscal do Banco Caixa Geral Totta Angola. Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 1980), exercendo funções diretivas desde 2005. Exerce advocacia em regime de profissão liberal (deste 1981).

Data de nascimento: 28 de Janeiro de 1952

Fiscal Único

Deloitte & Associados, SROC, representada pelo Dr. João Carlos Henriques Gomes Ferreira

Primeira designação para o cargo de Fiscal Único em 02/1/2012. O mandato atual diz respeito ao triénio 2013/2015.

Licenciado em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa em 1994. Revisor Oficial de Contas desde Janeiro de 2002.

Iniciou a sua carreira profissional em 1994, tendo sido nomeado Manager em 1998 e *partner* em 2006. Exerce a atividade de auditoria, essencialmente em bancos, companhias de seguros e outras entidades financeiras, nomeadamente gestoras de fundos e sociedades gestoras de participações sociais do grupo CGD e de outros grupos financeiros portugueses.

Data de nascimento: 2 de Maio de 1973

Comissão de Vencimentos

Dr. Vitor José Lilaia da Silva

Primeira designação para o cargo de membro da Comissão de Vencimentos em 22/3/2004. O mandato atual diz respeito ao triénio 2013/2015.

Licenciado em Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Curso Avançado de Gestão Bancária no Instituto de Formação Bancária.

Administrador do Banco Caixa Geral Totta de Angola. Membro do Conselho de Administração da Caixa Participações SGPS, da Gerbanca SGPS, da Parbanca SGPS e da Parcaixa SGPS. Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sogrupo CSP, da Sogrupo SI e da Sogrupo IV GI. Vice-Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Caixa Seguros e Saúde SGPS. Presidente do Conselho Fiscal da Fundação Caixa Geral de Depósitos Culturgest. Presidente da Comissão de Vencimentos da Esegur, da Promotora, da Garantia e do BCA. Vogal da Comissão de Vencimentos da Locarent, do Banco Interatlântico, do Banco Nacional Ultramarino, da Caixa Banco de Investimento, da Caixa Gestão de Ativos, da Caixa Imobiliário, da Caixa Capital, da Caixa Desenvolvimento, da Caixa Leasing e Fatoring, da Caixa Seguros e Saúde, da Caixagest, da Caixatec, da CGD Pensões, da Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, da Fundger, da Imocaixa, da Margueira, da Multicare, da OMIClear,

da Sogrupo CSP, da Sogrupo SI, da Sogrupo IV GI e da Vale do Lobo - Resort Turístico de Luxo. Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 1979).

Data de nascimento: 23 de Agosto de 1955

Dr. Fernando Manuel Simões Nunes Lourenço

Primeira designação para o cargo de membro da Comissão de Vencimentos em 30/3/2007. O mandato atual diz respeito ao triénio 2013/2015.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa. Pós-Graduação em Marketing Bancário pelo Instituto de Formação Bancária.

Presidente Conselho de Administração da HPP International Ireland Limited e da HPP International-Lux, SARL (desde 2007). Vogal do Conselho de Administração da Parbanca, SGPS, SA (desde Dez/2012) e da Caixa Participações SGPS, SA (desde Dez/2013). Vogal (Suplente) do Conselho Fiscal do Banco Interatlântico (desde 2011). Membro da Comissão de Vencimentos da Caixatec - Tecnologias de Comunicação (desde 2007) e da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, Sa (desde Abr/2013). Colaborador da Caixa Geral de Depósitos (desde 1988).

Data de nascimento: 17 de Novembro de 1959

ANEXO II – REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃO SOCIAIS

Conselho de Administração

O administrador da Sociedade recebeu em 2015 as remunerações e compensações de despesas constantes do quadro seguinte:

Remunerações	
Remuneração mensal (1)	7.167,40
Remuneração anual recebida	100.343,60
Outras regalias e compensações	-
Gastos anuais em comunicações móveis	362,43
Subsídio anual de refeição	2.775,00
Outras (2)	663,30
Encargos com benefícios Sociais	
Regime de Proteção Social (anual)	29.510,59
Parque Automóvel	
Valor de renda anual da viatura de serviço	7.672,68
Valor da renda média mensal	639,39
Ano de Início do contrato atual	2013
Valor anual do combustível com a viatura	-
Informações Adicionais	
Regime de Proteção Social	Seg.Social
Funções remuneradas fora do grupo	Não

(1) As remunerações dos membros do Conselho de Administração acima identificadas refletem já as reduções remuneratórias de 5% e 10% do artigo 12º da Lei nº 12- A/2010, de 30 de junho e do artigo 20º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, bem como as reduções decorrentes da aplicação do Estatuto do Gestor Público.
(2) Subsídio Infantil e de Estudo
(3) Remunerações auferidas a partir data da nomeação para o Conselho de Administração, 30 de Março de 2015.

Nos termos do art.º 24º da Lei 55-A/2010 não foram distribuídos prémios de gestão aos membros dos orgãos de gestão nos anos 2010 a 2015.

Revisor Oficial de Contas

Os honorários da Deloitte & Associados, SROC SA, Revisor de Contas e Fiscal Único da Sociedade, para os exercícios 2015 e 2014 ascenderam a 43.750 euros e 44.250 euros por ano, excluindo o imposto sobre o valor acrescentado (IVA). Para além da revisão legal das contas da sociedade, estes honorários englobam a auditoria externa contratual às demonstrações financeiras dos fundos.

3. RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Objetivos de Gestão

O Estado Português, através da sua participada Caixa Gestão de Ativos, SGPS, S.A., é detentor da totalidade do capital social da CGD Pensões, S.G.F.P., S.A.. Para o exercício de 2015, não foram estabelecidas orientações nem objetivos de gestão, previstos no art.º 11º do DL 300/2007, de 23 de agosto.

Deveres Especiais de Informação à DGTF e à IGF

A Sociedade cumpre os deveres especiais de informação a que está sujeita, nos termos do Despacho nº 14277/2008, de 23 de maio, relativo designadamente ao reporte e à Inspeção Geral de Finanças (IGF) através do envio de informação regular para o Sistema de Informação das Participações do Estado (SIPART).

Divulgação dos atrasos nos Pagamentos

Não se registam atrasos sobre a data convencionada para o pagamento das faturas.

Recomendações do Acionista - Diligências e Resultados Obtidos

Aquando da aprovação das contas do exercício anterior, o acionista não emitiu qualquer recomendação adicional.

Nível das Remunerações

Os membros dos órgãos de administração da Sociedade são considerados gestores públicos e as suas remunerações estão abrangidas pelas regras decorrentes do Estatuto do Gestor Público (EGP). Em conformidade, a Sociedade respeitou integralmente as normas legais estabelecidas para a fixação das remunerações dos órgãos sociais. Durante o ano de 2015 a remuneração dos trabalhadores foi sujeita às reduções remuneratórias previstas no orçamento do Estado.

Aplicação do disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público

Nos termos do n.º 1 do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público os membros dos órgãos de administração da Sociedade não utilizam cartões de crédito nem outros instrumentos de pagamento tendo por objeto a realização despesas ao serviço da empresa.

Relativamente ao n.º 2 do referido artigo, não existem despesas de representação pessoal.

Normas de Contratação Pública

O Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, não é aplicável à Sociedade. No âmbito da atuação da Sociedade não foram celebrados contratos do valor superior a 5 milhões de euros.

Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

O SNCP não é aplicável à Sociedade, contudo, a racionalização de políticas de aprovisionamento de bens e serviços do Grupo Caixa Geral de Depósitos - do qual a Sociedade faz parte - é efetuada

através do Sogrupo Compras e Serviços Partilhados - Agrupamento Complementar de Empresas (SCSP), cuja atividade está sujeita a um conjunto de regulamentos internos e externos que se aproximam dos procedimentos adotados no Sistema Nacional de Compras Públicas.

Os aspetos mais relevantes do funcionamento de SCSP empresa e do exercício da sua atividade estão consignados em documentos específicos, que foram divulgados internamente, designadamente ao nível da transparência dos procedimentos seguidos na aquisição de bens e serviços, bem como na prevenção do branqueamento de capitais. A atividade do SCSP é orientada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, de ética, deontologia e boas práticas.

Parque de Veículos do Estado

Não é aplicável à Sociedade, contudo inserida na estratégia global de redução de custos, a Sociedade tem promovido um conjunto de iniciativas que têm como objetivo a racionalização da gestão da frota de viaturas, de que se destaca a promoção de um processo contínuo de revisão dos valores de renda anual, que se traduziu, em 2015, numa redução dos plafonds de atribuição viaturas superior a 20%.

Medidas de redução dos gastos operacionais e redução do número de efetivos e de cargos dirigentes

Não foram definidas medidas de redução de gastos com comunicações, ajudas de custo e deslocações, nem foram definidos objetivos de redução do número de efetivos e de cargos dirigentes.

Quadro Resumo do Cumprimento das Orientações Legais

Orientações	Cumprimento			Quantificação
	S	N	N.A	
Objetivos de gestão			X	não aplicável
Deveres especiais de informação à DGTF e à IGF	X			
Divulgação dos atrasos nos pagamentos	X			
Recomendações do acionista - diligências e resultados obtidos			X	não aplicável
Nível das remunerações:				
· Orgãos Sociais - Estatuto do Gestor Público (AEGP)	X			
· Não atribuição de prémios de gestão	X			
Normas de contratação pública			X	não aplicável
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas			X	não aplicável
Parque de veículos do Estado			X	não aplicável
Princípio de igualdade do género	x			
Plano de redução de custos:				
· Gastos com Pessoal	X			
· Gastos Gerais Administrativos	X			
Redução do número de efetivos			x	não aplicável

4. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
1070-100 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Sociedade), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 que evidencia um total de 8.266.743 euros e um capital próprio de 6.702.636 euros, incluindo um resultado líquido de 2.070.177 euros, as Demonstrações de Resultados por Naturezas, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. em 31 de dezembro de 2015, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respectivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da DTTL e suas firmas membro consulte http://www.deloitte.com/pt/about

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | CRC Lisboa. Matrícula e NIPC: 501 776 311
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13°, 4150-146 Porto

Ênfase

5. Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade tem registadas na rubrica "Outros ativos financeiros" unidades de participação de um fundo de investimento imobiliário (Fundo), cujo valor de balanço ascende a 428.197 euros (Nota 7). O último relatório de auditoria disponível, referente às demonstrações financeiras do Fundo do exercício de 2015, inclui uma reserva por desacordo quanto ao valor de realização dos imóveis que detinha em carteira, atendendo à sua tipologia - logística e distribuição e ao facto de as avaliações não incluírem a premissa de venda dos imóveis no curto prazo, apesar de estar prevista a liquidação do Fundo para o dia 6 de junho de 2016. Na valorização das referidas unidades de participação, a Sociedade utilizou o valor patrimonial do Fundo divulgado com referência a 30 de novembro de 2015, considerando o Conselho de Administração que eventuais ajustamentos resultantes da situação acima referida não teriam um impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de dezembro de 2015.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira de 2015 constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 14 de abril de 2016

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
1070-100 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da
CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Sociedade ao longo do exercício em apreço, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de dezembro de 2015, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2015 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, a qual inclui uma ênfase.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 refletem a deliberação da Assembleia Geral de 30 de março de 2015 nos termos da qual se procedeu à reclassificação de parte da reserva legal no montante de 185.276 euros para reservas livres, sendo convicção do Conselho de Administração que esta deliberação cumpre as disposições legais em vigor. Não obstante, solicitámos ao Conselho de Administração a obtenção de um parecer jurídico que analise o enquadramento desta deliberação no âmbito das disposições do Código das Sociedade Comerciais por forma a atestar a legalidade da mesma, o qual ainda não foi obtido.

Face ao exposto, somos de opinião que, após considerado o assunto descrito no parágrafo 5 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral. Adicionalmente, a Assembleia Geral deverá ter em consideração o assunto descrito no parágrafo anterior relativo à reserva legal.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 14 de abril de 2016

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respectivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL também referida como "Deloitte Global" não presta serviços a clientes. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da DTTL e suas firmas membro consulte http://www.deloitte.com/pt/about

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | CRC Lisboa, Matrícula e NIPC: 501 776 311
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto